

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Índices das Demonstrações Financeiras 2024



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	F-3
Relatório da Administração	F-9
Balancos Patrimoniais	F-16
Demonstrações dos Resultados	F-18
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	F-19
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	F-20
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	F-21
Demonstrações do Valor Adicionado	F-23
Notas Explicativas	F-24
1. Contexto operacional	
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	
3. Resumo das principais políticas contábeis	
4. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	
5. Gestão de risco	
6. Principais julgamentos e estimativas contábeis	
7. Caixa e equivalentes de caixa	
8. Aplicações financeiras	
9. Caixa restrito	
10. Contas a receber de clientes	
11. Saldos e transações com partes relacionadas	
12. Investimentos	
13. Propriedades para investimento	
14. Ativo de contrato	
15. Intangível	
16. Ativo Financeiro	
17. Imobilizado	
18. Empréstimos e financiamentos	
19. Impostos e contribuições	
20. PIS e Cofins diferidos	
21. Impostos e contribuições diferidos	
22. Provisões	
23. Obrigações sociais e trabalhistas	
24. Obrigações previdenciárias	
25. Serviços a pagar	
26. Patrimônio líquido	
27. Lucro por ação	
28. Informações por segmento de negócios	
29. Cobertura de seguros	
30. Receitas operacionais	
31. Custos e despesas operacionais	
32. Receitas financeiro líquido	
33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
34. Compromissos	
35. Informações suplementares aos fluxos de caixa	
36. Eventos subsequentes	
Declaração dos Diretores	F-125
Parecer do Conselho Fiscal	F-127
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria	F-128

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura das concessões para serviço de saneamento (intangível e ativo de contrato)

Conforme divulgado nas Notas Explicativas n.s 3.8, 3.10(a), 14 e 15, a Companhia tem ativos de contrato e intangível nos valores de R\$ 4.872.410 mil e R\$ 44.682.468 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024.

Os ativos de contrato (obras em andamento) representam o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Os bens vinculados à concessão em construção, registrados conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, são classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível e ativo financeiro após a conclusão das obras, considerando o prazo do contrato.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou de sua vida útil. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro, ou em função da identificação de indícios de impairment.

Consideramos a particularidade relativa ao processo de capitalização de custos de construção, a avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, a avaliação de indícios de impairment, a materialidade dos montantes envolvidos e sua relação na determinação das receitas de construção, como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo:

- Avaliação da adequação das políticas e procedimentos para registrar os ativos intangíveis;
- Execução de teste, em base amostral, sobre as adições, com a finalidade de avaliar a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas, inspecionando a correspondente documentação suporte;
- Execução de teste, em base amostral, sobre as transferências efetuadas de ativo de contrato (obras em andamento) para intangível, com a finalidade de avaliar a exatidão do momento de início da amortização;
- A Avaliação da razoabilidade da metodologia usada para desenvolver a análise de impairment, considerando eventos ou mudanças nas circunstâncias que indicariam que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa

Com base nos procedimentos de auditoria executados e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas as políticas contábeis, os procedimentos adotados relativos à infraestrutura das concessões para serviço de saneamento (intangível e ativo de contrato) e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Bifurcação e mensuração do ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 3.10(b), 15(c)(iii) e 16, com o advento do contrato de Concessão 01/2024 entre URAE-1 e a Companhia, que entrou em vigor em 23 de julho de 2024, foi bifurcado um ativo financeiro decorrente da existência de um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente dos serviços de construção (indenização). Nessa nova configuração, que mudou a estimativa da Companhia sobre a forma de realização dos ativos ao final do contrato, a Companhia passou a ter direito à indenização dos valores residuais dos investimentos não amortizados nas situações em que a vida útil do ativo ultrapassar o prazo do contrato, incluindo atualização por índice de inflação estabelecido contratualmente, relativos aos bens reversíveis. Em 31 de dezembro de 2024 o ativo financeiro da concessão totaliza R\$ 17.601.626 mil, dos quais R\$ 8.450.316 mil representa o valor transferido (bifurcado) do ativo intangível reconhecido pelo seu custo e R\$ 9.151.310 mil representa o incremento de atualização pelo IPCA, dos quais, R\$ 8.757.450 mil é o efeito da atualização acumulada desses ativos em 23 de julho de 2024.

A bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, incluindo a sua mensuração, envolveu volume significativo de dados contábeis e financeiros antigos e processados através de dados imputados manualmente em planilhas eletrônicas.

Devido a relevância dos montantes envolvidos, interpretação de contratos e normas contábeis para aplicação dos critérios para segregação e mensuração dos ativos indenizáveis e ao significativo volume de informações processadas de forma manual em planilhas eletrônicas, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo:

- Leitura de contratos;
- Revisão de memorando técnico preparado pela Administração;
- Entendimento sobre as bases utilizadas para mensuração do direito contratual;
- Avaliação das premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, confrontando os resultados obtidos com os saldos contábeis;
- Revisão dos cálculos de atualização do ativo financeiro e cálculos da amortização do ativo intangível;
- Revisão da conciliação entre a base regulatória de ativos mais recentemente disponível, conforme aprovada pelo órgão regulador, e os saldos contábeis;
- Avaliação das respectivas divulgações nas demonstrações contábeis;

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que foram realizados pela Companhia, referente as transferências entre ativo financeiro e intangível e ao cálculo da atualização do ativo financeiro.

Com base nos procedimentos de auditoria executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitável a mensuração do direito contratual do ativo financeiro (ativo indenizável) da concessão e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025.



**BDO RCS Auditores
Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1**

**Dário Vieira De Lima
Contador CRC 1 SP
238754/O-6**

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL SOBRE A COMPANHIA

A Sabesp é uma das maiores empresas de saneamento do mundo em número de clientes, atendendo, em 2024, cerca de 28,1 milhões de pessoas com abastecimento de água e 25,1 milhões de pessoas com serviços de esgoto, por meio de 9,5 milhões de ligações de água e de 8,2 milhões de ligações de esgoto, respectivamente.

Além de atuar em 375 municípios, a Companhia tem participação minoritária em três empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, além de outras seis, nos setores de energia, pavimentação e outros serviços de saneamento. Mais informações sobre as empresas investidas estão disponíveis na Nota Explicativa 12 da DFP-2024.

DESESTATIZAÇÃO

O ano de 2024 marcou um momento de transformação na trajetória da Sabesp. Em julho, a desestatização foi concluída, representando uma oportunidade de renovação para a Companhia. Com isso, a Sabesp tornou-se uma empresa de controle pulverizado e assumiu o desafio de antecipar as metas de universalização para 2029.

Esse novo capítulo não poderia ter vindo em um momento mais oportuno, considerando nosso desafio pela frente: universalizar o serviço de saneamento básico na área de concessão, levando dignidade, saúde e qualidade de vida à população atendida. A nova administração da Companhia está entusiasmada com as oportunidades de crescimento e eficiência que se apresentam.

Neste mesmo contexto, criou-se a posição de “acionista de referência”, que passou a ser ocupada pela Equatorial S.A., como detentora de 15% das ações da Companhia. A Equatorial, como acionista de referência, vinculou-se ao “Acordo de Investimento, Lock-up e Outras Avenças” com o Estado de São Paulo.

Após a conclusão do processo de desestatização, a nova administração da Companhia foi empossada em 1/10/24 e está sendo a responsável pela transformação da “Nova Sabesp”, tendo assumido como principal desafio a antecipação das metas de Universalização do saneamento básico de 2033 para 2029, com investimentos de cerca de R\$ 70 bilhões até 2029 e R\$ 260 bilhões até 2060.

¹Anexo VII do contrato de concessão - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Concomitantemente à desestatização, a Sabesp celebrou um novo contrato de concessão com a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário – URAE-1 – Sudeste, que abrange 371 municípios e incentiva a aceleração dos seus investimentos, remunerando-a sobre sua base de ativos regulatórios e com metas de universalização a serem verificadas a partir de 2025, conforme Anexo VII do contrato de concessão¹. Este Contrato já está em vigor e incentiva a Sabesp a acelerar seus investimentos, remunerando-a sobre sua base de ativos regulatórios. Neste sentido, foram definidos reajustes tarifários anuais com incorporação de base para os 2 primeiros ciclos de 5 anos: (i) 2024 a 2029, e (ii) 2030 a 2034.

No primeiro ciclo, a prioridade é a Universalização do saneamento básico, que exigirá investimentos significativos, dobrando o tamanho da base de ativos regulatórios da Companhia para atingir as principais métricas do Contrato de Concessão – URAE-1, quais sejam:

- **Fator U (Fator de Universalização)**, que é medido (i) pelo número de ligações (em 2025 e 2026), e (ii) pelos indicadores de cobertura de economias (de 2027 a 2029) na área de concessão da Companhia, conforme detalhado no Contrato de Concessão – URAE - 1. Para atingir o Fator U, é necessário realizar investimentos em ativos regulatórios que, por sua vez, serão reconhecidos na tarifa cobrada pela Companhia e, portanto, se converterão em geração de caixa operacional futura e sustentada; e
- **Fator Q (Fator de Qualidade)**, que tem por objetivo incentivar melhorias na prestação dos serviços de saneamento básico e atendimento à população.

Vale mencionar, também, que, em um criterioso alinhamento de incentivos para o atingimento das metas de Fator U e Fator Q, todas as eficiências que a Sabesp gerar em relação às suas despesas operacionais regulatórias (*Opex*) neste primeiro ciclo serão integralmente revertidas em favor da Companhia, isentas da obrigação de compartilhamento na tarifa cobrada dos clientes.

No segundo ciclo, a prioridade será voltada para eficiências operacionais, com metas específicas para temas como redução de perdas, momento em que as eficiências passam a ser compartilhadas com nossos clientes.

O contrato da URAE-1 prevê que a remuneração dos serviços é apurada com base na estrutura de custos efetivamente incorridos durante a prestação dos serviços e uma remuneração (WACC) pré-definida sobre os investimentos.

O contrato também prevê que a tarifa de equilíbrio será reajustada anualmente durante os dois primeiros ciclos tarifários (2024-2029 e 2030-2034), e a cada 5 anos a partir do 3º ciclo tarifário por

¹Anexo VII do contrato de concessão - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

ocasião das revisões tarifárias periódicas, sendo as principais métricas do contrato os Fatores U e Q mencionados anteriormente.

Nesse contexto, para mitigar o impacto de eventuais aumentos tarifários à população e suportar o investimento necessário à Universalização, foi instituído o Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (FAUSP), formado por recursos obtidos com a desestatização e que deverão ser aplicados para assegurar a modicidade tarifária, ou seja, para garantir que a tarifa cobrada pela Sabesp seja a mais justa possível para o cliente e para Companhia, sem comprometer a qualidade e a eficiência do serviço.

Adicionalmente aos 371 municípios da URAE-1, a Sabesp atende outros quatro municípios com contratos específicos (Miguelópolis, Quintana, Nova Guataporanga e Olímpia).

CULTURA

A Companhia parte de uma cultura de ética e profundo senso de dever para com a população atendida, gerando um grande orgulho de pertencer. Consoante a isso, a nova administração buscará um fortalecimento do senso de dono, meritocracia e austeridade visando eficiência.

Adicionalmente, o Código de Conduta e Integridade da Companhia desempenha um papel fundamental na definição dos comportamentos esperados de todos seus *stakeholders*.

GOVERNANÇA

Como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 S.A., a Sabesp adota práticas de governança corporativa que visam garantir a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Para auxiliar neste primeiro ciclo do novo Contrato, nosso Conselho de Administração é composto por 9 membros, dos quais 3 são indicados pelo Estado de São Paulo, 3 pela Equatorial e 3 são membros independentes, conforme previsto no Acordo de Investimento assinado entre o Estado de São Paulo e a Equatorial.

O Conselho de Administração é assessorado por 4 comitês estatutários: (i) Auditoria, (ii) Elegibilidade e Remuneração, (iii) Transações com Partes Relacionadas, (iv) Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, compostos por Conselheiros de Administração e membros externos bem como por outros comitês não estatutários, (v) Performance e Financeiro, (vi) Regulatório e (vii) Estratégia e Novos Negócios.

O Conselho Fiscal da Companhia é atualmente composto por 4 membros efetivos e 3 suplentes.

¹Anexo VII do contrato de concessão - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Atualmente, a Diretoria é composta por 3 diretores estatutários nomeados para conduzir suas operações.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2024, a Sabesp atingiu R\$ 36,1 bilhões de receita líquida (+41% vs 2023) e R\$ 9,6 bilhões de Lucro Líquido (+172% vs 2023) – seu maior resultado da história. Com isso, poderá retornar R\$ 2,5 bilhões a seus acionistas como proventos referentes ao exercício de 2024. Importante ressaltar, que houve a bifurcação do ativo financeiro gerando um ganho no Lucro Líquido da Companhia de cerca de R\$ 5,5 bilhões.

Ativo Financeiro (Indenização)

Com a conclusão do processo de desestatização e assinatura do contrato com a URAE-1 em julho de 2024, resultando em um único contrato abrangendo 371 municípios com novo prazo de vencimento em 2060, o que trouxe maior segurança jurídica e resultou em um direito incondicional de receber uma indenização sobre os bens não amortizados integralmente até o final da concessão. A Companhia reconheceu esta modificação do contrato resultando na bifurcação dos ativos de concessão considerando o direito contratual de que os investimentos reversíveis e não totalmente amortizados até o final do contrato deverão ser indenizados. Para mais informações vide Nota 16 da DFP 2024.

Ajustado pela bifurcação do ativo financeiro, os principais pilares para o crescimento de rentabilidade foram: (i) maior receita resultante do reajuste tarifário e crescimento de volume advindo de novas economias; (ii) pessoal, resultado do Programa de Demissão Incentivada realizado em 2023; (iii) diluição de custos fixos que cresceram abaixo do crescimento de volume.

Olhando especificamente para a receita líquida de saneamento ajustada, esta atingiu R\$ 21.726 milhões em 2024 (+de 9% vs 2023), sendo os principais fatores:

- +7,5% de preço/mix, principalmente pelo reajuste tarifário;
- +3,0% volume faturado, pelo aumento de 35 mil ligações ativas; e
- (2,0)% FAUSP, iniciado em jul/24.

	2024	2023	Var. (R\$)	%
Receita de serviços de saneamento líquida	21.726	19.972	1.754	8,8
Volume faturado (milhões de m³)	4.316	4.190	126	3,0
Tarifa média (R\$/m³)	5,03	4,77	0,27	5,6

¹Anexo VII do contrato de concessão - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

	2024	2023	Var.	%
Volume de Água Produzido (milhões m³)	2.125.136	2.042.953	82.183	4,0
Volume de Esgoto Tratado (milhões m³)	1.341.937	1.187.706	154.231	13,0

Número de economias em milhares ¹	2024	2023	%
Economias de água	13.072	12.928	1,1
Economias de esgotos	11.762	11.581	1,6

Adicionalmente, no 2º Semestre de 2024, houve uma atualização da base do critério de elegibilidade para as Tarifas de classe Social e Vulnerável, incorporando o conceito do Cadastro Único, fazendo com que o total de usuários contemplados com estas classes tarifárias aumentasse. Adicionalmente a este efeito, o crescimento em novas economias em regiões vulneráveis aumenta e aumentará a representatividade de uma tarifa média mais baixa dentro do mix tarifário.

CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2024, os custos e despesas apresentaram redução de R\$ 165 milhões (-1% vs 2023), com destaque para a conta de pessoal, que reduziu em R\$ 439 milhões (-14% vs 2023) devido ao decréscimo de 11% no número colaboradores por conta do Plano de Demissão Incentivada executado em 2023 que carregou impactos redutores ao quadro de pessoal ao longo do ano de 2024.

A conta de despesas gerais teve um aumento de R\$ 302 milhões (+19% vs 2023), em decorrência do incremento do número de municípios com repasses aos Fundos Municipais de Saneamento (*pass-through*) no novo contrato.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

No ano de 2024 houve um decréscimo de R\$ 114 milhões ou 4,1%, devido à assinatura do novo contrato com a URAE-1, com prazo até 19 de outubro de 2060, refletindo na redução da taxa média de amortização que foi reduzida para refletir a extensão do prazo contratual e portanto a capacidade de geração de receita destes bens.

INVESTIMENTOS

Em 2024, o valor total de investimentos realizado pela Sabesp foi de R\$ 6,9 bilhões (+10,0% vs 2023). A fim de antecipar as metas de universalização, a Companhia deverá investir cerca de R\$ 70 bilhões até 2029 sobretudo na ampliação de sistemas de tratamento de esgoto, atingindo 28,1 milhões de usuários e praticamente dobrando sua base atual de ativos.

¹Anexo VII do contrato de concessão - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

	2024	2023	Var. (R\$)	%
Água	2.892	2.721	171	6,3
Esgoto	4.020	3.563	457	12,8
Total	6.912	6.284	628	10,0

ALAVANCAGEM E ESTRUTURA DE CAPITAL

O Índice de Alavancagem da Companhia se manteve praticamente estável em 2024 quando comparado ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir dada a forte geração de caixa operacional da Companhia no ano de 2024:

(R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Total de empréstimos e financiamentos (Dívida Bruta)	25.258,3	19.536,4
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.682,6	838,5
(-) Aplicações financeiras	3.699,7	2.426,8
(=) Dívida líquida	19.106,9	16.271,1
(+) Total do Patrimônio Líquido	36.928,1	29.857,4
(=) Capital Total	56.804,1	46.128,5
Índice de Alavancagem	35%	35%

A Companhia entende que sua estrutura de capital é adequada às atividades por ela desenvolvidas e ao seu setor. Essas métricas de capitalização têm, historicamente, permitido à Companhia acessar os bancos oficiais e multilaterais, lidar com os atuais níveis de investimentos e, ao mesmo tempo, manter um perfil de dívida favorável, com financiamentos de longo prazo e baixo custo.

Em 31/12/24, o patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$ 36,9 bilhões (+24% vs 2023). Tal variação decorre dos lucros gerados e não distribuídos no ano de 2024:

(R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Capital de terceiros – circulante	3.133,9	2.616,4
Capital de terceiros - não circulante	22.124,4	16.919,9
Capital Próprio – Patrimônio Líquido	36.928,1	29.857,4
Capitalização total	62.186,4	49.393,7

¹Anexo VII do contrato de concessão - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Assim a Companhia entende que está apta a honrar integralmente seus compromissos financeiros e, em 31/12/24, encontrava-se adimplente em relação a todas as suas obrigações.

Em face do disposto, a nova administração ressalta nosso agradecimento a todos os stakeholders da Companhia e estamos seguros de que esse momento de Nova Sabesp trará impactos positivos importantes para a Sabesp e para todos nossos clientes.

¹Anexo VII do contrato de concessão - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo	Nota				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.681.204	838.338	1.682.606	838.484
Aplicações financeiras	8 (a)	3.694.029	2.425.921	3.699.694	2.426.752
Contas a receber de clientes	10 (a)	3.887.952	3.580.962	3.894.557	3.584.287
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	319.514	261.273	319.546	261.280
Estoques		10.524	85.953	10.818	86.008
Caixa restrito	9	37.715	54.944	37.715	54.944
Impostos a recuperar	19 (a)	800.797	494.645	800.811	494.647
Instrumentos financeiros derivativos	5.1 (d)	67.440	-	67.440	-
Outros ativos		99.582	37.296	95.673	37.048
Total do ativo circulante		10.598.757	7.779.332	10.608.860	7.783.450
Não circulante					
Aplicações financeiras	8 (b)	769.057	-	769.057	-
Contas a receber de clientes	10 (a)	327.798	272.436	327.798	272.436
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	908.875	935.272	908.875	935.272
Depósitos judiciais		139.222	130.979	139.222	130.979
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (a)	-	98.076	-	98.076
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA		1.993	2.673	1.993	2.673
Outros ativos		306.085	237.628	135.227	159.017
Investimentos	12	215.803	161.863	215.803	161.863
Propriedades para investimento	13	46.630	46.678	46.630	46.678
Ativo de contrato	14	4.872.410	7.393.096	4.877.667	7.393.096
Ativo financeiro (indenização)	16	17.601.626	-	17.601.626	-
Intangível	15	44.628.468	43.865.269	44.771.124	44.012.858
Imobilizado	17	561.548	474.559	561.548	474.559
Total do ativo não circulante		70.379.515	53.618.529	70.356.570	53.687.507
Total do Ativo		80.978.272	61.397.861	80.965.430	61.470.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)
Passivo e patrimônio líquido		Nota			
Circulante					
Empreiteiros e fornecedores			768.371	456.064	766.609
Empréstimos e financiamentos	18		3.133.850	2.616.406	3.133.850
Obrigações sociais e trabalhistas	23		1.286.193	807.440	1.286.193
Impostos e contribuições a recolher	19 (b)		589.110	511.468	591.271
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	26 (b)		2.275.890	837.391	2.275.890
Provisões	22 (a)		1.546.184	1.064.367	1.546.185
Serviços a pagar	25		1.434.998	749.226	1.438.507
Parceria Público-Privada – PPP	15 (d)		452.323	487.926	452.323
Compromissos Contratos de Programa			-	21.969	-
Contratos de Performance	15 (g)		287.109	634.501	287.109
Outras obrigações			194.293	144.923	194.308
Total do passivo circulante			11.968.321	8.331.681	11.972.245
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18		22.124.447	16.919.944	22.124.447
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (a)		2.661.891	-	2.661.891
PIS/Cofins diferidos	20		1.117.804	164.097	1.117.804
Provisões	22 (a)		895.495	762.065	895.495
Obrigações previdenciárias	24		1.931.145	2.142.871	1.931.145
Parceria Público-Privada – PPP	15 (d)		2.853.896	2.798.688	2.853.896
Compromissos Contratos de Programa			-	12.047	-
Contrato de Performance	15 (g)		137.441	168.298	137.441
Outras obrigações			359.778	240.794	343.012
Total do passivo não circulante			32.081.897	23.208.804	32.065.131
Total do passivo			44.050.218	31.540.485	44.037.376
Patrimônio líquido					
Capital social	26 (a)		15.000.000	15.000.000	15.000.000
Reservas de lucros			21.647.715	14.711.014	21.647.715
Ajuste de avaliação patrimonial	26 (g)		280.339	146.362	280.339
Total do patrimônio líquido	26		36.928.054	29.857.376	36.928.054
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			80.978.272	61.397.861	80.965.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP



Demonstrações dos Resultados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	30	36.106.921	25.568.712	36.145.477	25.572.056
Custo operacional	31	(16.580.263)	(16.049.824)	(16.603.073)	(16.051.866)
Lucro bruto		<u>19.526.658</u>	<u>9.518.888</u>	<u>19.542.404</u>	<u>9.520.190</u>
Despesas de vendas	31	(916.404)	(984.037)	(917.589)	(984.060)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10 (c)	(557.126)	(652.920)	(557.789)	(652.920)
Despesas administrativas	31	(2.307.452)	(1.595.943)	(2.311.438)	(1.597.548)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(280.450)	27.925	(280.450)	27.925
Equivalência patrimonial	12	<u>21.622</u>	<u>28.517</u>	<u>35.322</u>	<u>32.393</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		15.486.848	6.342.430	15.510.460	6.345.980
Despesas financeiras	32	(2.694.554)	(2.708.617)	(2.701.304)	(2.708.617)
Receitas financeiras	32	1.056.462	809.074	1.044.151	805.905
Variações cambiais, líquidas	32	<u>(210.499)</u>	<u>310.716</u>	<u>(210.499)</u>	<u>310.716</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(1.848.591)</u>	<u>(1.588.827)</u>	<u>(1.867.652)</u>	<u>(1.591.996)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>13.638.257</u>	<u>4.753.603</u>	<u>13.642.808</u>	<u>4.753.984</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	21 (d)	(1.298.097)	(1.545.290)	(1.302.648)	(1.545.671)
Diferido	21 (d)	<u>(2.760.597)</u>	<u>315.218</u>	<u>(2.760.597)</u>	<u>315.218</u>
		(4.058.694)	(1.230.072)	(4.063.245)	(1.230.453)
Lucro líquido do exercício		<u>9.579.563</u>	<u>3.523.531</u>	<u>9.579.563</u>	<u>3.523.531</u>
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	27	<u>14,02</u>	<u>5,16</u>	<u>14,02</u>	<u>5,16</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP



Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2024	2023
Lucro líquido do exercício		9.579.563	3.523.531
Outros resultados abrangentes		133.977	(31.281)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ganhos e (perdas) acumuladas sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos de impostos	5.1 (d)	(8.350)	-
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos, líquidos de impostos	24	142.327	(31.281)
Resultado abrangente total do exercício		<u>9.713.540</u>	<u>3.492.250</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Reservas de lucros					Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo mínimo complementar				
Controladora		Nota							
Saldos em 31 de dezembro de 2022			15.000.000	1.688.428	10.390.535	76.927	-	177.643	27.333.533
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	3.523.531	-	3.523.531
Ganhos e (perdas) atuariais	24		-	-	-	-	-	(31.281)	(31.281)
Total do resultado abrangente do exercício			-	-	-	-	3.523.531	(31.281)	3.492.250
Reserva legal	26 (b)		-	176.177	-	-	(176.177)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,22 por ação)	26 (b)		-	-	-	-	(836.839)	-	(836.839)
Dividendos mínimos complementares de 2022, aprovados (R\$ 0,11 por ação)			-	-	-	(76.927)	-	-	(76.927)
Dividendos mínimos complementares (R\$ 0,22 por ação)	26 (b)		-	-	-	147.689	(147.689)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	26 (b)		-	-	-	(54.641)	-	-	(54.641)
Transferências para reserva de investimentos	26 (e)		-	-	2.362.826	-	(2.362.826)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023			15.000.000	1.864.605	12.753.361	93.048	-	146.362	29.857.376
Controladora e Consolidado									
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	9.579.563	-	9.579.563
Hedge de fluxo de caixa			-	-	-	-	-	(8.350)	(8.350)
Ganhos e (perdas) atuariais	24		-	-	-	-	-	142.327	142.327
Total do resultado abrangente do exercício			-	-	-	-	9.579.563	133.977	9.713.540
Reserva legal	26 (b)		-	478.978	-	-	(478.978)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 2,28 por ação)	26 (b)		-	-	-	-	(1.556.454)	-	(1.556.454)
Dividendos do próprio exercício (R\$ 1,05 por ação)			-	-	-	-	(718.692)	-	(718.692)
Dividendos mínimos complementares de 2023, aprovados (R\$ 0,14 por ação)			-	-	-	(93.048)	-	-	(93.048)
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	26 (b)		-	-	-	-	(274.668)	-	(274.668)
Transferências para reserva de investimentos	26 (e)		-	-	6.550.771	-	(6.550.771)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024			15.000.000	2.343.583	19.304.132	-	-	280.339	36.928.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP



Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais (continuação)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.638.257	4.753.603	13.642.808	4.753.984
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:				
Depreciação e amortização	2.671.709	2.790.175	2.676.642	2.790.586
Valor residual do imobilizado, intangível, ativo de contrato e propriedades para investimentos baixados	171.173	8.354	171.173	8.354
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	557.126	652.920	557.789	652.920
Provisões e variações monetárias de provisões	801.179	458.889	801.179	458.889
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	1.655.765	1.314.359	1.655.765	1.314.359
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	659.475	(163.322)	659.475	(163.322)
Ajuste a valor de mercado financiamentos (<i>hedge</i> de valor justo)	34.388	-	34.388	-
Juros e variações monetárias líquidas	(237.136)	(79.232)	(237.617)	(79.232)
Encargos financeiros de clientes	(437.811)	(374.902)	(437.811)	(374.902)
Margem de construção sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão	(139.856)	(125.603)	(139.976)	(125.603)
Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), Programa de Retenção do Conhecimento (PRC) e Programa de Desligamento Incentivado (PDI) e Programa de Desligamento Voluntário (PDV)	354.078	356.300	354.078	356.300
Resultado da equivalência patrimonial	(21.622)	(28.517)	(35.322)	(32.393)
Juros e variação monetária PPP	589.330	1.001.078	589.330	1.001.078
Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	309.807	195.874	309.807	195.874
Obrigações previdenciárias	161.505	238.751	161.505	238.751
Ajuste para reclassificação de instrumentos financeiros derivativos	(324.778)	-	(324.778)	-
Atualização do ativo financeiro (indenizações)	(9.151.310)	-	(9.151.310)	-
PIS/Cofins diferidos sobre ativo financeiro (indenização)	822.482	-	822.482	-
Outros ajustes	108.901	21.997	108.901	21.997
	12.222.662	11.020.724	12.218.508	11.017.640
Variação no ativo				
Contas a receber de clientes	(438.376)	(831.999)	(442.312)	(835.324)
Saldos e transações com partes relacionadas	(25.396)	(4.546)	(25.429)	(4.553)
Estoques	(13.546)	38.294	(13.785)	38.239
Impostos a recuperar	(306.152)	(251.739)	(306.163)	(251.741)
Depósitos judiciais	50.547	72.469	50.547	72.469
Outros ativos	(98.576)	(42.768)	(2.668)	36.091
Variação no passivo				
Empreiteiros e fornecedores	(435.781)	(394.339)	(437.694)	(394.188)
Serviços a pagar	375.965	(169.890)	377.968	(168.384)
Obrigações sociais e trabalhistas	77.973	19.377	77.973	19.377
Impostos e contribuições a recolher	265.244	186.687	265.189	186.810
PIS/Cofins diferidos	131.225	4.374	131.225	4.374
Provisões	(185.932)	(243.241)	(185.932)	(243.241)
Obrigações previdenciárias	(227.233)	(249.488)	(227.233)	(249.488)
Outras obrigações	(261.739)	(942.699)	(335.726)	(868.699)
Caixa proveniente das operações	11.130.885	8.211.216	11.144.468	8.359.382
Juros pagos	(1.976.694)	(1.936.419)	(1.976.694)	(1.936.419)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.760.367)	(1.568.611)	(1.763.206)	(1.568.611)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.393.824	4.706.186	7.404.568	4.854.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP



Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais (continuação)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo de contrato e intangíveis	(7.924.809)	(3.843.325)	(7.929.946)	(3.991.325)
Caixa restrito	17.229	(17.470)	17.229	(17.470)
Aplicações financeiras – aplicação	(6.438.036)	(1.558.977)	(6.456.564)	(1.559.808)
Aplicações financeiras – resgate	5.289.481	816.965	5.303.658	816.965
Aplicações financeiras – não circulante	(769.057)	-	(769.057)	-
Adições nos investimentos	(40.234)	(6.625)	(40.234)	(6.625)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(100.728)	(147.249)	(100.728)	(147.249)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.966.154)	(4.756.681)	(9.975.642)	(4.905.512)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos				
Captações	6.870.754	2.371.111	6.870.754	2.371.111
Amortizações	(2.246.263)	(1.771.090)	(2.246.263)	(1.771.090)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(928.851)	(823.671)	(928.851)	(823.671)
Parceria Público-Privada – PPP	(569.725)	(673.645)	(569.725)	(673.645)
Compromissos Contratos de Programa	(35.497)	(81.357)	(35.497)	(81.357)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	324.778	-	324.778	-
Aumento de Capital	-	-	-	811
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	3.415.196	(978.652)	3.415.196	(977.841)
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	842.866	(1.029.147)	844.122	(1.029.001)
Representado por:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	838.338	1.867.485	838.484	1.867.485
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.681.204	838.338	1.682.606	838.484
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	842.866	(1.029.147)	844.122	(1.029.001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado		
		Nota	2024	2023	2024	2023
Receitas						
Serviços de saneamento		30	23.464.821	21.509.965	23.499.676	21.513.442
Ativo financeiro (indenização)		30	9.151.310	-	9.151.310	-
Construção		30	6.220.581	5.600.332	6.225.871	5.600.332
Outras receitas			64.587	110.898	64.587	110.898
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		10 (c)	(557.126)	(652.920)	(557.789)	(652.920)
			38.344.173	26.568.275	38.383.655	26.571.752
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos operacionais e de construção			(10.255.112)	(9.429.970)	(10.272.227)	(9.431.518)
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros			(2.251.999)	(1.677.447)	(2.254.677)	(1.677.500)
Outras despesas operacionais		33	(339.513)	(71.382)	(339.513)	(71.382)
			(12.846.624)	(11.178.799)	(12.866.417)	(11.180.400)
Valor adicionado bruto			25.497.549	15.389.476	25.517.238	15.391.352
Retenções						
Depreciação e amortização		31	(2.671.709)	(2.790.175)	(2.676.642)	(2.790.586)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia			22.825.840	12.599.301	22.840.596	12.600.766
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial		12	21.622	28.517	35.322	32.393
Receitas financeiras			1.126.426	850.242	1.114.115	847.073
			1.148.048	878.759	1.149.437	879.466
Valor adicionado total a distribuir			23.973.888	13.478.060	23.990.033	13.480.232
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta			2.543.481	2.434.877	2.545.043	2.435.118
Benefícios			640.138	744.816	640.138	744.816
FGTS			195.077	190.075	195.077	190.075
			3.378.696	3.369.768	3.380.258	3.370.009
Impostos, taxas e contribuições						
Federais			7.272.178	3.288.431	7.279.817	3.290.355
Estaduais			174.544	163.128	174.721	163.135
Municipais			68.759	68.736	68.775	68.736
			7.515.481	3.520.295	7.523.313	3.522.226
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros, variações cambiais e monetárias			3.469.401	3.036.876	3.476.152	3.036.876
Aluguéis			30.747	27.590	30.747	27.590
			3.500.148	3.064.466	3.506.899	3.064.466
Remuneração de capitais próprios						
Juros sobre o capital próprio		26 (b)	1.831.122	836.839	1.831.122	836.839
Distribuição de dividendos		26 (b)	718.692	-	718.692	-
Lucros retidos			7.029.749	2.686.692	7.029.749	2.686.692
			9.579.563	3.523.531	9.579.563	3.523.531
Valor adicionado distribuído			23.973.888	13.478.060	23.990.033	13.480.232

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo.

Em 23 de julho de 2024, entrou em vigor o novo Contrato de Concessão entre a SABESP e a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário da região Sudeste (URAE-1), abrangendo 371 municípios e com vigência até 19 de outubro de 2060.

Em 31 de dezembro de 2024, na URAE-1, o saldo contábil do intangível, ativo de contrato e ativo financeiro (indenização) era de R\$ 65.783.885, representando 97,82% do total consolidado. A receita de serviços de saneamento era de R\$ 32.433.660, representando 99,33% do total consolidado.

Para comparação, em 31 de dezembro de 2023, o saldo contábil do intangível e ativo de contrato era de R\$ 49.789.584, representando 96,85% do total consolidado. A receita de serviços de saneamento era de R\$ 21.328.553, representando 99,14% do total consolidado.

A expectativa da Administração da Companhia é que com o aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas, a geração de caixa operacional, somadas às linhas de créditos disponíveis para investimentos, os recursos financeiros serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer os investimentos necessários.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de *American Depositary Receipts* (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andrada, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental, Paulista Geradora de Energia, Cantareira SP Energia, Barueri Energia Renovável (anteriormente denominada Foxx URE-BA Ambiental) e Infranext Soluções em Pavimentação. Embora a participação da SABESP no capital social dessas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias, em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas, exceto em relação à Saneaqua Mairinque, que em agosto de 2020 deixou de ter o controle compartilhado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ataque cibernético

Em outubro de 2024, a Companhia sofreu um ataque cibernético do tipo ransomware, porém não houve qualquer impacto significativo decorrente desse ataque. Na ocasião, a Companhia imediatamente adotou as medidas de segurança apropriadas para mitigação dos impactos e da manutenção da normalidade operacional, incluindo o isolamento e a suspensão temporária de seus sistemas para proteção de suas informações. Vale ressaltar que a suspensão do funcionamento de parte dos sistemas foi realizada de forma preventiva e por protocolo de segurança, não tendo causado impactos significativos nas operações da Companhia ou na experiência de seus clientes.

Após a adoção das medidas emergenciais, a Companhia, juntamente com seus assessores legais e técnicos, conduziu uma avaliação abrangente do incidente, incluindo a análise detalhada de seus sistemas e bases de informações. Como resultado desse processo, todas as providências necessárias foram tomadas e concluiu-se que não houve comprometimento significativo de dados, tampouco impactos relevantes nas operações da Companhia.

Aprovações

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2025.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das informações materiais das políticas contábeis

As informações materiais das políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, e foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

- **Reclassificação – Contratos de performance (passivo circulante e não circulante)**

Diante da relevância dos contratos de performance, a Companhia segregou os respectivos montantes classificados anteriormente na rubrica de “outras obrigações”, no passivo circulante e não circulante, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (incluindo a informação comparativa para 31 de dezembro de 2023) para a rubrica de “contratos de performance”, no passivo circulante e não circulante, conforme abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Controladora			Consolidado		
			31 de dezembro de 2023	Reclassificação	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)	31 de dezembro de 2023	Reclassificação	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)
Passivo	Nota							
Circulante								
Contratos Performance	de 15 (g)	-	634.501	634.501	-	634.501	634.501	
Outras obrigações		779.424	(634.501)	144.923	853.424	(634.501)	218.923	
Não circulante								
Contrato performance	de 15 (g)	-	168.298	168.298	-	168.298	168.298	
Outras obrigações		409.092	(168.298)	240.794	406.027	(168.298)	237.729	

3.1 Consolidação

A Companhia controla uma entidade quando (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de aplicar este poder para afetar seus retornos.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da SABESP em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: (i) a dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão das participações dos outros detentores de direitos de voto; (ii) direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; (iii) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iv) quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não, a capacidade de conduzir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que este controle deixar de existir. As receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

As demonstrações financeiras da controlada foram elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados. Os outros resultados abrangentes da controlada, quando aplicável, serão registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia na rubrica de “outros resultados abrangentes”.

Em 31 de dezembro de 2024 a SABESP possuía 100% de participação direta na SABESP Olímpia S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e intenção de utilização pela Administração da Companhia em período inferior a três meses.

3.3 Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha ativos financeiros classificados nas três categorias citadas e em 31 de dezembro de 2023 somente na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, exceto pelo contas a receber, que é mensurado inicialmente pelo seu preço de transação, pois não contém componentes de financiamentos, e posteriormente mensurado ao custo amortizado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Nesta categoria são reconhecidas as variações ativas e passivas do valor justo dos instrumentos derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa que a Companhia utilizou para proteger-se contra o risco e variabilidade nos fluxos de caixa futuros dos financiamentos denominados em dólar americano.

Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria são reconhecidas as variações ativas e passivas do valor justo dos instrumentos derivativos designados como *hedge* de valor justo que a Companhia utilizou para proteger-se contra o risco e variabilidade dos financiamentos denominados em Iene.

Passivo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha passivos financeiros classificados nas duas categorias citadas e em 31 de dezembro de 2023 somente na categoria de custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos em moeda nacional, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Valor por meio do resultado

Nesta categoria são reconhecidos os financiamentos denominados em dólar americano e iene, que para os quais a Companhia contratou instrumentos derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de valor justo, respectivamente, de forma a proteger-se contra o risco e variabilidade nos fluxos de caixa futuros.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Desde 2024, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de moeda estrangeira para Real (“Cross currency interest rate *swap*”) para proteção de seus financiamentos denominados em moeda estrangeira (dólar americano e iene japonês). Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são contratados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou perda resultante no resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes depende da designação do derivativo como sendo ou não um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido pelo instrumento de *hedge*.

A partir de dezembro de 2024 a Companhia adotou a contabilidade de *hedge* e designou os derivativos do tipo *swap* contratados como *hedge* do valor justo e *hedge* de fluxo de caixa para proteção de financiamentos denominados em moeda estrangeira (dólar americano e iene).

a) *Hedge* de valor justo

A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxas de juros fixas de financiamentos denominados em moeda estrangeira (Iene). O ganho ou a (perda) decorrente das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado como “Receitas (despesas) financeiras, líquidas”, juntamente com quaisquer variações no valor justo do passivo de financiamento protegido pelo *hedge*. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva do *hedge* também é reconhecido na demonstração do resultado como “Receitas (despesas) financeiras, líquidas”.

Vide detalhes na Nota 5.1 (d).

b) *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de taxas de juros variáveis de financiamentos denominados em moeda estrangeira (dólar americano). As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa são registradas e acumuladas em “outros resultados abrangentes –

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ORA” no patrimônio líquido, juntamente com as variações no valor justo do passivo de financiamento protegido pelo *hedge*, calculados a valor presente, desde a data da designação do instrumento de *hedge*.

Vide detalhes na Nota 5.1 (d).

c) Inefetividade do *hedge*

A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. A Companhia contrata derivativos com termos críticos que são similares aos itens protegidos, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência.

A inefetividade do *hedge* de *swaps* de taxa de juros é avaliada pela Companhia e pode ocorrer devido: (i) ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e (ii) as diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos.

d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Nos casos aplicáveis, quando certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (*Impairment*)

- **Contas a receber**

Devido às características das contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante; (ii) carteira de recebíveis sem complexidade; e (iii) baixo risco de crédito, adotou-se a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa consistiu em utilizar uma estimativa calculada com base na inadimplência média observada nos últimos 36 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base no histórico observado nos últimos 3 anos. Além disso, considerou para fins de estimativa, a categoria dos clientes particulares e públicos e segregou o contas a receber entre as contas normais de consumo e os acordos. A Companhia realizou análises de correlação dos indicadores macroeconômicos Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e seu histórico de inadimplência, e não identificou impactos relevantes no cálculo das perdas estimadas.

- **Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado**

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência para 12 meses foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**3.4 Receita operacional****(a) Receita de serviços de saneamento**

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre as mesmas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. As receitas são reconhecidas quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, o qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

(c) Receita de atualização do ativo financeiro (indenização)

Atualização dos ativos classificados como ativos financeiros (indenização), conforme descrito na Nota 3.10 (b). Os valores são reconhecidos considerando a diferença entre a atualização dos ativos com base no valor justo pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o custo amortizado do ativo intangível bifurcado.

3.5 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme descrito na Nota 3.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.6 Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização e estão classificados no ativo circulante.

3.7 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não há definição se serão utilizados na operação ou vendidos em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.8 Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, incluindo capitalização de mão de obra própria, margem de construção, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.4 (b).

3.9 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Quando aplicável, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados no resultado do exercício, quando incorridos.

O imobilizado tem a sua depreciação iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A depreciação é calculada de acordo com o método linear e as taxas médias são apresentadas na Nota 17 (a). Os terrenos não sofrem depreciação.

As vidas úteis dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos no resultado do exercício, em outras receitas (despesas) operacionais.

3.10 Intangível

A Companhia registra como intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão, sendo que os principais custos são transferidos do Ativo de Contrato e estão descritos na Nota 3.8.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou de sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais que permitem que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são registrados nas demonstrações financeiras a custo zero, uma vez que esses bens pertencem ao poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “Outras receitas operacionais”.

Para o contrato de concessão com a URAE-1 firmado com o advento da desestatização da Companhia em julho de 2024, os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão são contabilizados como Ativo Financeiro (Nota 16).

(a) Contratos de concessão/URAE-1

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
-

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a obrigação de pagar pelos serviços.

Ativos intangíveis relacionados às concessões são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

Os detalhes referentes à amortização do intangível estão descritos na Nota 15 (e).

(b) Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Durante a vigência dos contratos de concessão, a SABESP realiza investimentos contínuos para garantir a qualidade e continuidade dos serviços, podendo repor os bens vinculados à concessão até o término do contrato.

Ao final da concessão, os ativos de infraestrutura são revertidos ao poder concedente mediante indenização quando prevista em contrato, calculada com base no valor justo atualizado pelo IPCA. A SABESP reconhece como ativo financeiro a parcela dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ao final do contrato, registrando sua atualização como receita operacional, alinhada ao modelo de negócio da Companhia.

(c) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.11 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.

3.12 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivos não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 18. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizados como empréstimos.

3.14 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia incorre e são oriundos dos contratos de empréstimos e financiamentos, incluindo variação cambial.

Os custos que são atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A capitalização ocorre durante o período de construção do ativo, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamentos similares.

3.15 Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados é baseado em metas operacionais e financeiras, sendo reconhecida uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*), estando contabilizada como custo operacional, despesas de vendas, administrativas ou capitalizadas no ativo.

3.16 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada considerando a natureza dessas obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais, com base no direito legal de compensação.

Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante e corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

3.17 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.18 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício e calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.19 Tributos sobre receitas

Tributos Correntes

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do PIS - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, exceto para as receitas financeiras que são calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os tributos referentes a PIS e Cofins incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos correspondentes, como deduções da receita bruta. As rubricas “outras receitas operacionais” e “receitas financeiras” são apresentadas líquidas desses tributos na demonstração do resultado.

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência da TRCF – Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, que tem como fato gerador o desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização da ARSESP (órgão regulador), calculada a taxa de 0,50% do faturamento anual diretamente obtido com a prestação do serviço, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo e, que funciona como um mecanismo de repasse da Sabesp ao órgão regulador.

Tributos diferidos

Os tributos referentes a PIS e COFINS diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando os respectivos tributos forem realizados e são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para serem pagos ou compensados.

3.20 Plano de previdência privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (Plano G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (Go) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, aos planos de benefício previdenciário por ela patrocinados, na modalidade contribuição definida, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, no qual a Companhia faz contribuições paritárias aos empregados, nos limites fixados em regulamento. Neste modelo os benefícios pagos possuem relação direta com o valor aportado, não havendo déficits a serem cobertos pela Companhia.

3.21 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, Parceria público-privada e compromissos contratos de programa e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.22 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são reconhecidos pelo valor presente das obrigações contratuais, apresentados no ativo como Direito de Uso (Nota 15 (f)) e no passivo como Arrendamentos (Nota 18 (b)), exceto os contratos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou de baixo valor (abaixo de US\$ 5 mil), que são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.23 Outros ativos e outras obrigações circulantes e não circulantes

Os outros ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As outras obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.24 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei e com base no Estatuto Social. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/1995, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O dividendo atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas.

3.25 Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.26 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelas retenções, e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial e pelas receitas financeiras. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.27 Apresentação de relatórios por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do tomador de decisões, isto é, a Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A Companhia determinou que possui um segmento operacional que é o de prestação de serviços de saneamento.

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração do resultado por segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquidas e equivalência patrimonial, que exclui a receita e custos de construção.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

Substancialmente, todos os ativos não circulantes e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

3.28 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Nota 3.14.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As alterações nas normas CPC 26 (R1) / IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivo Não Circulante com Covenants; CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”, não trouxeram impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir que a administração julga aplicáveis à Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis ¹	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. Estas modificações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Companhia consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações viáveis.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos oriundos das alterações.
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras ²	A IFRS 18 substitui o CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transferindo diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Ademais, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O IASB, também implementou pequenas alterações no CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 41 / IAS 33 – Resultado por Ação.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos da adoção desta Norma.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: divulgações ²	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis nas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta Norma.

1. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

2. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrentes de captações de longo prazo, em instituições de fomento, a taxas de juros atrativas, sendo tais financiamentos em dólar norte-americano e em iene.

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia contratou operações de *hedge* no exercício de 2024 para proteção contra tal risco conforme Nota 5.1 (d).

Parte da dívida financeira no valor total de R\$ 3.366.723 em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 2.785.853), está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Moeda estrangeira		Moeda estrangeira	
	(em milhares)	R\$	(em milhares)	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	303.978	1.882.323	280.188	1.356.474
Empréstimos e financiamentos – Iene (*)	36.787.581	1.486.394	41.078.385	1.405.702
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		24.030		15.510
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		8.364		8.167
Total da exposição		3.401.111		2.785.853
Custo de captação – US\$		(42.510)		(37.520)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Moeda estrangeira		Moeda estrangeira	
	(em milhares)	R\$	(em milhares)	R\$
Custo de captação – Iene		(2.236)		(2.442)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 18)		3.356.365		2.745.891

(*) Dívida em Iene mensurada ao valor justo como parte do contrato de *hedge* conforme Nota 5.1(d).

O quadro a seguir demonstra as cotações e as variações cambiais do período:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	Variação
US\$	R\$ 6,1923	R\$ 4,8413	27,9%
Iene	R\$ 0,03947	R\$ 0,03422	15,3%

No exercício de 2024 ocorreu um acréscimo relativo à variação cambial nos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 574.953 (de janeiro a dezembro de 2023 – R\$ 309.854 de redução), vide Nota 18 (ii). Em 31 de dezembro de 2024, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos já mencionados acima, em comparação com o dólar norte-americano e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos custos de captação e dos impostos para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 teria sido de R\$ 336.672 (período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 278.586), para mais ou para menos, desconsiderando os efeitos dos instrumentos de proteção (*hedge*) contratado ao final de 2024 conforme Nota 5.1 (d).

O cenário provável, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar norte-americano e do iene.

A Companhia entende que o cenário apresentado é razoável dada a instabilidade do real frente ao dólar norte-americano e ao iene.

	Controladora e Consolidado
	Cenário provável
	(*)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2024 em US\$ - Passiva	303.978
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2024	6,1923
Taxa cambial estimada conforme cenário	6,0000
Diferença entre as taxas	0,1923

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado
	Cenário provável
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho	58.455
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2024 em Iene – Passiva	36.787.581
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2024	0,03947
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,04183
Diferença entre as taxas	(0,00236)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(86.819)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(28.364)

(*) Para os cenários prováveis em dólar norte-americano e iene, foram utilizadas as taxas de câmbio projetadas para 31 de dezembro de 2025, conforme Focus-BACEN e relatório de Taxas Referenciais da B3, de 31 de dezembro de 2024, respectivamente, desconsiderando os efeitos dos instrumentos de proteção (*hedge*) contratados ao final de 2024 conforme Nota 5.1 (d).

Com a contratação em 2024 de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de moeda estrangeira para Real (cross currency interest rate *swap*), para proteção de seus financiamentos denominados em moeda estrangeira, a Companhia entende que tal cenário, caso ocorra, não seria representativo.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, exceto para o financiamento com taxa SOFR - *Secured Overnight Financing Rate* conforme Nota 5.1 (d), porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos sujeitos a diferentes índices de atualização monetária:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
CDI (i)	15.250.135	9.966.111
TR (ii)	1.683.342	1.684.711
IPCA (iii)	2.982.735	3.038.378
TJLP (iv)	1.067.436	1.365.806
SOFR (v)	1.882.325	1.356.473
Juros e encargos	572.399	392.906
Total	23.438.372	17.804.385

- (i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
(ii) TR – Taxa Referencial de Juros
(iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
(iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
(v) SOFR - *Secured Overnight Financing Rate*

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de dezembro de 2024, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado em 31 de dezembro de 2024 antes dos impostos teria sido de R\$ 234.384 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 178.044) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito, ativo financeiro (indenização) e saldos com partes relacionadas. O risco de crédito com clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes, ativo financeiro (indenização) e saldos com partes relacionadas na data destas demonstrações financeiras. Vide Notas 7, 8, 9, 10 e 11.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o *rating* divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P), conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AAA(bra)	AAA.br	-
Banco Santander Brasil S/A	-	AAA.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Itaú Unibanco S/A	AAA(bra)	AAA.br	-
Banco BV	-	AA+.br	brAAA
Banco BTG Pactual S/A	AAA(bra)	AAA.br	brAAA

O quadro a seguir apresenta a avaliação de *rating* divulgada pela agência Fitch, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras				
AAA(bra)	4.179.098	2.939.713	4.186.146	2.940.690
Outros (*)	1.196.135	324.546	1.196.154	324.546
	5.375.233	3.264.259	5.382.300	3.265.236

(*) Estão incluídos nesta categoria, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 298 referente ao Banco BV (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 322.241) e o montante de R\$ 1.195.511 referente ao Banco Santander (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.680), contas correntes e aplicações financeiras, os quais não possuem classificação pela Fitch.

(c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como o pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora						Total
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	
Em 31 de dezembro de 2024							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	5.486.592	6.993.902	4.148.835	3.247.705	3.697.777	14.911.951	38.486.762
Empreiteiros e fornecedores	768.371	-	-	-	-	-	768.371
Serviços a pagar	1.434.998	-	-	-	-	-	1.434.998
Parceria Público-Privada – PPP	452.323	470.080	487.400	505.288	523.832	5.918.847	8.357.770
Total	8.142.284	7.463.982	4.636.235	3.752.993	4.221.609	20.830.798	49.047.901

	Consolidado						
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2024							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	5.486.592	6.993.902	4.148.835	3.247.705	3.697.777	14.911.951	38.486.762
Empreiteiros e fornecedores	766.609	-	-	-	-	-	766.609
Serviços a pagar	1.438.507	-	-	-	-	-	1.438.507
Parceria Público-Privada – PPP	452.323	470.080	487.400	505.288	523.832	5.918.847	8.357.770
Total	8.144.031	7.463.982	4.636.235	3.752.993	4.221.609	20.830.798	49.049.648

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default*, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 18 (c).

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros e ao Programa de Operações com Derivativos, que tem por finalidade o gerenciamento de riscos financeiros e a mitigação da exposição a variáveis de mercado que impactem ativos, passivos e/ou fluxos de caixa, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis nas operações da Companhia, a mesma contrata instrumentos de proteção, em especial de seus financiamentos em moeda estrangeira.

Foram estabelecidos critérios e diretrizes de gerenciamento de riscos financeiros visando mitigar os desequilíbrios entre ativos e passivos que apresentem alguma forma de indexação, com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia utiliza as classificações de risco divulgadas pelas agências Standard Poor’s (S&P), Moody’s ou Fitch visando respaldar e complementar a análise e julgamento de risco bancário.

Operações contratadas e liquidadas em 2024

Em 4 de abril de 2024 a Companhia contratou operações de proteção, sem caráter especulativo, por intermédio de troca (*swap*) da variação da dívida denominada em US\$ + 6,23% e Iene + 1,44% de juros ao ano pelo percentual de CDI+ 0,13% a.a.. O valor total da dívida protegida com as referidas operações era de 98,0%. Para as referidas operações, que venceram em 12 de dezembro de 2024, a Companhia não aplicou a política contábil de *hedge accounting* devido não atender os critérios de elegibilidade, mensurando ao valor justo por meio do resultado, registrando os ganhos e perdas no resultado financeiro como “resultado financeiro líquido”. Estas operações venceram em 12 de dezembro de 2024.

Abaixo são demonstrados os valores dos contratos de *swap* (US\$ e Iene + juros x CDI) liquidados em 12 de dezembro de 2024:

Controladora e Consolidado						
Operação	Moeda	Financiamento	Valor Nominal Iene/US\$ (mil)	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos – Swap liquidado em 12 dez
1	Iene	JICA 15 CONS	3.927.290	156.198	136.392	19.806
2	Iene	JICA 15 OBRA	1.834.860	73.140	63.867	9.273
3	Iene	JICA 17 OBRA	2.559.546	101.391	86.138	15.253
4	Iene	JICA 17 CONS	616.110	24.365	20.699	3.666
5	Iene	JICA 18 OBRA	1.781.080	70.982	62.084	8.898
6	Iene	JICA 18 CONS	3.399.720	135.197	118.310	16.887
7	Iene	JICA 19 OBRA	20.139.925	800.653	711.620	89.033
8	Iene	JICA 19 CONS	2.529.050	100.013	88.888	11.125
Subtotal			36.787.581	1.461.939	1.287.998	173.941
9	US\$	BID 1212	10.278	63.456	55.282	8.174
10	US\$	BID 4623	156.958	921.231	803.855	117.376
11	US\$	BIRD 7662-BR	57.848	353.395	311.524	41.871
12	US\$	BIRD 8916	78.894	376.478	338.041	38.437
Subtotal			303.978	1.714.560	1.508.702	205.858
Total				3.176.499	2.796.700	379.799

Operações em aberto em 31 de dezembro de 2024

A Companhia contratou operações de proteção, com vigência desde 12 de dezembro de 2024, sem caráter especulativo, por intermédio de troca (*swap*) da variação da dívida denominada em US\$ e Iene + juros ao ano demonstrados na Nota 18 pelo percentual de CDI- 0,36% a.a.. O valor total da dívida protegida com as referidas operações era de 100,0%. Para as referidas operações, a Companhia aplicou a política contábil de “*hedge accounting*” devido atender os critérios de elegibilidade,

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

utilizando as seguintes relações de proteção: (i) “*hedge* de fluxo de caixa” para dívida em dólar e (ii) *hedge* de valor justo para dívida em Iene.

As operações possuem datas de vencimento entre 21 de julho de 2025 e 16 de março de 2048, de acordo com os prazos de vencimento dos financiamentos correspondentes, conforme demonstrado na nota explicativa 18.

Abaixo são demonstrados os valores dos contratos de *swap* (US\$ e Iene + juros x CDI) em 31 de dezembro de 2024:

Controladora e Consolidado									
			Ganho / (Perda) com instrumentos				Instrumentos Derivativos – <i>swap</i>		
Operação	Moeda	Financiamento	Valor Nocional Iene/US\$	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Valor Justo Líquido	Derivativos - <i>swap</i> de 12 a 31 dez	Derivativos designado como <i>hedge</i> de Fluxo de Caixa	Valor Justo
1	Iene	JICA 15 CONS	3.927.290	154.834	156.205	(1.371)	(1.371)	-	326
2	Iene	JICA 15 OBRA	1.834.860	75.069	73.013	2.056	2.056	-	(2.550)
3	Iene	JICA 17 OBRA	2.559.546	105.119	101.762	3.357	3.357	-	(4.027)
4	Iene	JICA 17 CONS	616.110	25.302	24.476	826	826	-	(984)
5	Iene	JICA 18 OBRA	1.781.080	70.242	70.869	(627)	(627)	-	153
6	Iene	JICA 18 CONS	3.399.720	134.034	135.221	(1.187)	(1.187)	-	282
7	Iene	JICA 19 OBRA	20.139.925	823.242	800.959	22.283	22.283	-	(27.597)
8	Iene	JICA 19 CONS	2.529.050	99.813	100.460	(647)	(647)	-	9
Subtotal			36.787.581	1.487.655	1.462.965	24.690	24.690	-	(34.388)
9	US\$	BID 1212	10.278	65.698	62.314	3.384	-	3.384	-
10	US\$	BID 4623	156.958	972.082	951.770	20.312	-	20.312	-
11	US\$	BIRD 7662-BR	57.848	355.973	350.680	5.293	-	5.293	-
12	US\$	BIRD 8916	78.894	492.665	478.904	13.761	-	13.761	-
Subtotal			303.978	1.886.418	1.843.668	42.750	-	42.750	-
Total				3.374.073	3.306.633	67.440	24.690	42.750	(34.388)
Custos dos instrumentos									
protegidos reclassificados para									
outros resultados abrangentes				-	-	-	-	(55.402)	-
Outros resultados abrangentes				-	-	-	-	12.652	-
Imposto de renda e contribuição									
social diferidos				-	-	-	-	(4.302)	-
Outros resultados abrangentes -									
líquido				-	-	-	-	8.350	-

(e) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborada de acordo com o CPC 40 (R1). O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2024 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro, considerando um cenário provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Controladora e Consolidado		
31 de dezembro de 2024		
Indicadores	Exposição	Cenário provável
Ativo		
CDI	5.659.878	15,4100%(**)
Receita financeira		872.187
Passivo		
CDI	(15.250.135)	15,4100%(**)
Juros a incorrer		(2.350.046)
Exposição líquida – CDI	(9.590.257)	(1.477.859)
Ativo		
IPCA	17.601.626	4,9900%(*)
Receita operacional		878.321
Passivo		
IPCA	(2.982.735)	4,9900%(*)
Juros a incorrer		(148.838)
Exposição líquida – IPCA	14.618.891	729.483
Passivo		
TR	(1.683.342)	0,0191%(**)
Despesa a incorrer		(322)
TJLP	(1.067.436)	7,9500%(*)
Juros a incorrer		(84.861)
SOFR (***)	(1.882.325)	4,1870%(***)
Juros a incorrer		(78.813)
Despesas totais líquidas a incorrer		(912.372)

(*) Fonte dos índices: BACEN e LCA de 31 de dezembro de 2024

(**) Fonte dos índices: B3 de 31 de dezembro de 2024

(***) Fonte *Bloomberg* – Protegido por instrumento financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade da Companhia de continuar aumentando seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 18)	25.258.297	19.536.350	25.258.297	19.536.350
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(1.681.204)	(838.338)	(1.682.606)	(838.484)
(-) Aplicações financeiras (Nota 8)	(3.694.029)	(2.425.921)	(3.699.694)	(2.426.752)
Dívida líquida	19.883.064	16.272.091	19.875.997	16.271.114
Total do Patrimônio Líquido	36.928.054	29.857.376	36.928.054	29.857.376
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	56.811.118	46.129.467	56.804.051	46.128.490
Índice de alavancagem	35%	35%	35%	35%

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrem correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

5.4 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha ativos financeiros classificados na categoria de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, ativos financeiros (indenização), saldos a pagar com fornecedores, empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira (exceto o financiamento em Iene, que está sendo mensurado ao valor justo por meio do resultado, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Privada – PPPs e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os instrumentos financeiros incluídos nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado estão registrados na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros eram:

Ativos Financeiros

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.681.204	1.681.204	838.338	838.338	1.682.606	1.682.606	838.484	838.484
Aplicações financeiras	4.463.086	4.463.086	2.425.921	2.425.921	4.468.751	4.468.751	2.426.752	2.426.752
Caixa restrito	37.715	37.715	54.944	54.944	37.715	37.715	54.944	54.944
Contas a receber de clientes	4.215.750	4.215.750	3.853.398	3.853.398	4.222.355	4.222.355	3.856.723	3.856.723
Instrumentos financeiros derivativos	67.440	67.440	-	-	67.440	67.440	-	-
ANA	1.993	1.993	2.673	2.673	1.993	1.993	2.673	2.673
Ativos financeiros (indenização)	17.601.626	17.601.626	-	-	17.601.626	17.601.626	-	-
Outros ativos	405.667	405.667	274.924	274.924	230.900	230.900	196.065	196.065

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.228.389 (R\$ 1.196.545 em 31 de dezembro de 2023), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. Parte deste saldo, no montante de R\$1.105.299 (R\$ 1.076.174 em 31 de dezembro de 2023), refere-se ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - Go, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

Passivos Financeiros

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	25.258.297	26.362.590	19.536.350	19.950.055	25.258.297	26.362.590	19.536.350	19.950.055
Empreiteiros e fornecedores	768.371	768.371	456.064	456.064	766.609	766.609	456.215	456.215

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Serviços a pagar	1.434.998	1.434.998	749.226	749.226	1.438.507	1.438.507	750.732	750.732
Compromisso Contratos de Programa	-	-	34.016	34.016	-	-	34.016	34.016
Parceria Público-Privada - PPP	3.306.219	3.306.219	3.286.614	3.286.614	3.306.219	3.306.219	3.286.614	3.286.614

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, à taxa média de juros acrescidas da TR x DI e ao prazo médio contratual, foram descontados a valor presente por uma taxa de captação específica para a Companhia em contratos similares, acrescidas da TR x DI, na data de encerramento das demonstrações financeiras. As taxas TR x DI foram obtidas na B3.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, refletem as condições para esses tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da B3.
- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas mais a taxa futura da SOFR, obtida na *Bloomberg*, sendo descontados a valor presente utilizando curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2024.
- (vi) Os s contratos com indexador JPY + (IENE) são projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, convertidos para a moeda real, através da taxa a termo JPY/BRL (NDF) para o prazo e descontados a valor presente utilizando a curva DI interpolada, obtida na B3 sendo o valor contábil igual ao valor justo. Adicionalmente, para efeitos de *hedge accounting*, utiliza-se a TIR (Taxa Interna de Retorno) de *inception* calculada no momento da designação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Arrendamento mercantil e arrendamento mercantil IFRS 16 são instrumentos considerados pelo valor presente. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2024.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, tendo em vista os prazos de vencimentos próximos à datadas demonstrações financeiras, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, sua natureza e prazos de vencimento.

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração divulgue julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, os quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

6.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avaliou as principais políticas contábeis que envolvem julgamentos, exceto aquelas que envolvem estimativas, e concluiu que não possui nenhuma com efeito significativo.

6.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as premissas e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (vide Nota 10 (c)), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida nas Notas 3.3 e 3.5.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre os quais, a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão**

A Companhia registra como intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão, sendo que os principais custos são transferidos do Ativo de Contrato e estão descritos na Nota 3.8.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão, Contratos de Prestação de Serviços e Contratos de Programa são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas nas Notas 3.10 e 15.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis, decorrente da troca de ativos, envolvendo contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis pode gerar impactos relevantes no resultado das operações.

(c) Obrigações previdenciárias – Planos de pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos nas Notas 3.20 e 23.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, demonstrado na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. Os ativos e passivos tributários diferidos são reconhecidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou em parte significativa do ativo de tributos diferidos. Informações adicionais dos impostos diferidos estão descritas nas Notas 3.18 e 21.

(e) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários são efetuadas conforme detalhado nas Notas 3.16 e 22. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o faturamento médio histórico da respectiva conta. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.4 e 10.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e bancos	30.382	31.041	31.784	31.187
Equivalentes de caixa	1.650.822	807.297	1.650.822	807.297
Total	1.681.204	838.338	1.682.606	838.484

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas, cotas de fundos (remunerados por CDI) e CDBs, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2024 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 96,83% do CDI (em 31 de dezembro de 2023 – 96,25%).

8 Aplicações financeiras

(a) Circulante

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB, com liquidez diária, as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Banco BV	298	322.240	298	322.240
Banco Bradesco S/A	1.442.159	643.445	1.442.159	643.445
Banco BTG Pactual S/A	226.819	449.241	226.819	449.241
Caixa Econômica Federal	828.720	-	828.720	-
Banco do Brasil S/A	1.355	1.010.995	7.020	1.011.826
Banco Santander	1.194.678	-	1.194.678	-
	3.694.029	2.425.921	3.699.694	2.426.752

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024 a remuneração média das aplicações financeiras correspondia a 101,0% do CDI (em 31 de dezembro de 2023 – 103,3%).

(b) Não circulante

A Companhia possui aplicação em letra financeira (LF), com remuneração de 102,0% do CDI, conforme quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Banco Itaú S/A	769.057	-
	769.057	-

9 Caixa restrito

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	27.502	47.749
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (ii)	4.544	-
Caixa Econômica Federal – depósito judicial	235	365
Outros	5.434	6.830
	37.715	54.944

- (i) Valor deduzido do repasse de 7,5% da receita auferida no Município para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), devido às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).
- (ii) Valor deduzido do montante do repasse percentual da receita auferida no Município para o FMSAI, devido às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a URAE-1, referente à PMSP.

10 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Particulares:				
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	2.404.631	2.199.475	2.409.094	2.200.921

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Acordos (iii)	659.778	839.010	659.778	839.010
	3.064.409	3.038.485	3.068.872	3.039.931
Entidades governamentais:				
Municipais	689.688	623.434	690.010	623.601
Federais	5.297	8.036	5.303	8.036
Acordos (iii)	370.823	374.372	370.823	374.372
	1.065.808	1.005.842	1.066.136	1.006.009
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)				
Mogi das Cruzes	4.744	4.343	4.744	4.343
São Caetano do Sul	11.773	45.333	11.773	45.333
São Caetano do Sul - Acordo	65.213	-	65.213	-
Total por atacado – Prefeituras Municipais	81.730	49.676	81.730	49.676
Fornecimento a faturar	1.252.012	1.136.604	1.253.826	1.138.316
Subtotal	5.463.959	5.230.607	5.470.564	5.233.932
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.248.209)	(1.377.209)	(1.248.209)	(1.377.209)
Total	4.215.750	3.853.398	4.222.355	3.856.723
Circulante	3.887.952	3.580.962	3.894.557	3.584.287
Não circulante	327.798	272.436	327.798	272.436
Total	4.215.750	3.853.398	4.222.355	3.856.723

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Valores a vencer	2.975.756	2.635.280	2.979.496	2.723.975
Vencidos:				
Até 30 dias	636.024	627.472	637.375	627.986
Entre 31 e 60 dias	302.595	271.476	303.238	271.476
Entre 61 e 90 dias	177.481	181.639	177.777	181.639
Entre 91 e 120 dias	168.246	127.421	168.515	127.421
Entre 121 e 180 dias	240.724	290.610	241.030	290.610
Entre 181 e 360 dias	47.992	57.289	47.992	57.289
Acima de 360 dias	915.141	1.039.420	915.141	953.536
Total vencidos	2.488.203	2.595.327	2.491.068	2.509.957
Total	5.463.959	5.230.607	5.470.564	5.233.932

(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Movimentação do ativo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo no início do período	1.377.209	1.428.517	1.377.209	1.428.517
Constituição de perdas/(reversão)	41.793	21.103	41.793	21.103
Recuperações	(170.793)	(72.411)	(170.793)	(72.411)
Saldo no final do período	1.248.209	1.377.209	1.248.209	1.377.209

Reconciliação das perdas estimadas / históricas no resultado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Baixas	(684.918)	(703.325)	(685.581)	(703.325)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	(1.208)	(903)	(1.208)	(903)
(Perdas)/reversão com particular/entidades públicas	(41.793)	(21.103)	(41.793)	(21.103)
Recuperações	170.793	72.411	170.793	72.411
Valor contabilizado como despesa (Nota 31)	(557.126)	(652.920)	(557.789)	(652.920)

A Companhia não possui clientes que individualmente representam 10% ou mais do total da receita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Precatórios

A Companhia possui precatórios emitidos decorrentes de processos judiciais, transitados em julgado, de cobrança de faturas de água e esgoto inadimplidas de entes públicos. Estas faturas possuem perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) em sua totalidade e os valores atualizados das referidas faturas, apurados conforme os respectivos precatórios, não são reconhecidos em função de incertezas do momento de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía precatórios emitidos em seu favor no valor atualizado de R\$2.967.308 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 3.085.265) que, conforme acima, estão provisionados integralmente no seu valor original e não têm as respectivas atualizações reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A reversão da PECLD das faturas originais e sua atualização são reconhecidas quando as incertezas sobre a sua realização forem mitigadas, ou seja, quando o valor de realização for passível de determinação em função de poder ser determinada a previsibilidade de início de seu recebimento ou quando for negociado com terceiros.

Os precatórios da Companhia são conforme segue:

Devedor	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Município de São Paulo	2.898.210	3.042.927
Município de Cotia	-	15.456
Município de Ferraz de Vasconcelos	22.883	-
Município de Cachoeira Paulista	12.608	14.964
Município de Agudos	14.039	-
Outros	19.568	11.918
Total	2.967.308	3.085.265

Adicionalmente, a Companhia negociou em exercícios anteriores precatórios de faturas vencidas com os municípios de Guarulhos, Santo André e Mauá, os quais encontram-se suspensos, pois servem de garantia à prestação de serviço nesses municípios.

O Conselho de Administração aprovou, em 9 de maio de 2024, a adesão ao Edital de convocação para acordo nº 1/2024 do Município de São Paulo (PMSP), cujo prazo de adesão se encerrou em 30 de junho de 2024. O objetivo do referido Edital era a apresentação de propostas de acordo direto pelos titulares de créditos de precatórios.

Para que a adesão tivesse eficácia, seria necessária a aprovação pela Câmara de Conciliação de Precatórios da Procuradoria Geral do Município (PGM) e outros trâmites subsequentes conforme o Edital. A SABESP poderia desistir da proposta, a qualquer tempo, desde que antes do pagamento realizado pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça de São Paulo (DEPRE TJSP), conforme previsto no Edital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 21 de outubro de 2024, a Câmara de Conciliação de Precatórios da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, aprovou parte das propostas de acordos formuladas pela SABESP para liquidação dos créditos de precatórios no âmbito do Edital de Convocação para acordo nº 1/2024.

Os valores atualizados dos precatórios, objeto dos acordos ora aprovados totalizam o montante de R\$ 701 milhões. Sobre esses valores será aplicado o percentual de deságio conforme ordem cronológica de pagamento, previsto no item 1 do Edital, e de acordo com os cálculos a serem realizados pela DEPRE TJSP, da seguinte forma: (i) 20% para os créditos dos anos de 2009 e 2010; (ii) 25% para os créditos dos anos de 2011 e 2012; (iii) 30% para os créditos dos anos de 2013 e 2014; (iv) 35% para os créditos dos anos de 2015 a 2019; e (v) 40% para os créditos dos anos de 2020 a 2024.

No final de janeiro de 2025, a Prefeitura do Município de São Paulo apresentou impugnações aos cálculos efetuados pela DEPRE/TJSP, contestando o percentual de imposto de renda adotado, tanto na base de cálculo quanto na alíquota aplicada. Desta forma, diante desta incerteza gerada pela impugnação, não é possível identificar uma expectativa razoável para apuração do valor a ser realizado, portanto, nenhum registro foi realizado até 31 de dezembro de 2024.

Nos primeiros três meses de 2025 a Companhia recebeu R\$ 55.399 milhões referente a este acordo.

11 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Estado de São Paulo

(i) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contas a receber				
Circulante:				
Serviços de saneamento (ii)	173.434	169.508	173.466	169.515
Perdas estimadas	(51.706)	(50.498)	(51.706)	(50.498)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (Go):				
- Fluxo mensal (iii) e (iv)	84.973	36.241	84.973	36.241
- Acordo GESP – 2015 (vi)	112.813	106.022	112.813	106.022
Total do circulante	319.514	261.273	319.546	261.280
Não circulante:				
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	1.361	1.361	1.361	1.361
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (Go):				
- Acordo GESP – 2015 (vi)	907.514	933.911	907.514	933.911
Total do não circulante	908.875	935.272	908.875	935.272

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Total de recebíveis	1.228.389	1.196.545	1.228.421	1.196.552
Ativos:				
Prestação de serviços de saneamento	123.089	120.371	123.121	120.378
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (Go)	1.105.300	1.076.174	1.105.300	1.076.174
Total	1.228.389	1.196.545	1.228.421	1.196.552
Passivos:				
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	458.985	420.564	458.985	420.564

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de serviços de saneamento	891.101	775.981	891.312	775.988
Recebimentos de partes relacionadas	(843.026)	(741.089)	(843.026)	(741.089)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(178.941)	(189.713)	(178.941)	(189.713)

As informações a seguir referem-se aos saldos e transações da Controladora e do Consolidado.

(ii) Serviços de saneamento

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado de São Paulo e demais companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta Nota.

(iii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/1958 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados Go. Nos termos do Acordo GESP assinado em 2001, o Estado de São Paulo reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundado na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Conforme explicitado no item (iv), ao longo da validação pelo Estado de São Paulo dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia. Informações adicionais sobre o GO constam na Nota 24 (ii). Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos é da SABESP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Valores Controversos

Em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado de São Paulo assinaram o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia, por força de decisão judicial, a título de benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei nº 4.819/1958, de responsabilidade originária do Estado.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei nº 4.819/1958. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os últimos pareceres emitidos pela PGE, recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado de São Paulo deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Estado de São Paulo, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao então Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da B3; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/1958, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o Estado de São Paulo. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a Companhia e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a SABESP possuía valores controversos com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R\$ 1.685.493 e R\$ 1.583.449, respectivamente, sendo que foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no montante integral.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Passivo Atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do GO. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.931.145 e R\$ 2.098.622, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, vide Nota 24.

(vi) Acordo GESP 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O valor principal está sendo pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, as quais foram vendidas em 20 de abril de 2016; e
- O valor de R\$ 609.109 está sendo pago em 156 parcelas mensais, atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos, 5 de abril de 2017. A partir desta data, as parcelas estão sendo atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

A ação que contestava a possibilidade de transferência dos Reservatórios teve a sentença publicada no Diário Oficial do Estado, em 22 de julho de 2022, impedindo a transferência dos Reservatórios para a SABESP. Assim, conforme previsto no acordo, o Estado de São Paulo pagará à SABESP, em adição ao valor principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027 (valor atualizado até fevereiro de 2015), parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos em abril de 2030. O valor será atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e, a partir daquela data, incidirá atualização monetária pelo IPCA, mais juros simples de 0,5% ao mês sobre o valor de cada parcela.

Em julho de 2022, foi registrado o montante de R\$ 325.561, relativo ao valor da correção monetária até aquela data, ajustada a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a receber era de R\$ 112.813 no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 106.022) e R\$ 907.514 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 933.911).

(b) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado de São Paulo que são beneficiadas com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aval

O Estado de São Paulo concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado, vide Nota 18.

(d) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo

A Companhia possuía contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos foram integralmente cobrados.

Em 2024, os gastos com os empregados cedidos a outras entidades estaduais somaram R\$ 5.669 (em 2023 – R\$ 8.165).

Não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia em 2024 e 2023. Em virtude da desestatização esta prática não existe após este evento.

(e) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 3.613 relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

(f) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira por alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios e a SABESP continuará utilizando os Reservatórios.

O saldo desse acordo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 9.434 e R\$ 104.489 (em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 8.876 e R\$ 99.279), registrados nas rubricas de “Outras obrigações”, nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.

No dia 2 de agosto de 2024 o Governo do Estado de São Paulo concretizou a venda de sua participação acionária na EMAE, que desde esta data não é mais considerada uma parte relacionada da Companhia.

(g) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. Em 31 de dezembro de 2024 este plano apresentou um superávit de R\$ 132.244. O compromisso atuarial líquido em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 44.249, para mais informações vide Nota 24.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Remuneração do Conselho Fiscal e da Administração

A remuneração dos Diretores, dos membros do Comitê Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal das Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado de São Paulo obedece às diretrizes fixadas na Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 25 de abril de 2024.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, referente aos honorários vigentes no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos Administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores – vale refeição, vale alimentação, assistência médica, previdência privada, auxílio creche, descanso anual (com característica de licença remunerada de 30 (trinta) dias corridos, com pagamento de gratificação de férias, concedida com os mesmos critérios oferecidos aos empregados e paga por ocasião do referido descanso e FGTS.

A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes aprovadas em sua última Assembleia Geral de Acionistas, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal de cada Diretor, nem 10% dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

Com a finalização do processo de desestatização, a Companhia deixou de ter um acionista controlador, desta forma os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho Fiscal indicados pelo GESP (acionista controlador à época) e da Administração foram de R\$ 8.550 em 2023.

Quantias adicionais de R\$ 2.043 e R\$ 1.885, referentes ao programa de bônus dos diretores, foram registradas nos anos de 2024 e de 2023, respectivamente.

(i) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

Águas de Andradina

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Águas de Andradina S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 4.007, contabilizado no ativo circulante da Companhia, na rubrica “Outros ativos” (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 694 e R\$ 2.814, no ativo circulante e não circulante, respectivamente), sendo os juros calculados à taxa do CDI + 3% ao ano.

Este contrato foi assinado em 17 de agosto de 2021. O principal, juntamente com o reajuste, juros acumulados, e eventuais impostos deverão ser integralmente quitados até 31 de agosto de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

SABESP Olímpia

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SABESP Olímpia S/A, disponibilizando recursos necessários ao pagamento das parcelas da Outorga Fixa ao Município da Estância Turística de Olímpia, que era condição precedente para assinatura do contrato de concessão de água e esgoto.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 2.934 e R\$ 85.977, contabilizados no ativo circulante e não circulante da Companhia, respectivamente, na rubrica “Outros ativos” (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 78.611 no ativo não circulante), sendo os juros calculados à taxa do CDI + 2% ao ano.

O contrato referente à primeira parcela foi assinado em 26 de setembro de 2023. O principal mais os juros acumulados sobre ele, juntamente com a segunda parcela da outorga, no montante de R\$ 80.707, serão utilizados para aumento de capital na SABESP Olímpia.

(j) FEHIDRO

Em abril de 2021 a Companhia formalizou três contratos de financiamento no âmbito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO. Os recursos são destinados para a execução de obras e serviços de esgotamento sanitário nos municípios de São Paulo, Itapequerica da Serra e Vargem Grande Paulista. O valor total do investimento é de R\$ 10,8 milhões, dos quais, R\$ 8,7 milhões, ou 80% do total, são financiados pelo FEHIDRO e, R\$ 2,1 milhões, ou 20% do total, de contrapartida da SABESP. A taxa de juros do financiamento é 3,00% a.a., com prazo total de 59 meses, sendo 18 meses de carência e 41 meses de amortização.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo desses financiamentos era de R\$ 2.799, registrado na rubrica “Outros” em empréstimos e financiamentos (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.278).

(k) Desestatização

Conforme previsto no artigo 7º da Lei nº 9.361/1996, será ressarcido pelo acionista controlador, quando da desestatização, a contratação de auditorias independentes, sociedade de advogados, pareceres ou estudos especializados necessários à desestatização.

O montante a ser ressarcido pelo Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 99.653 registrado na rubrica “Outros ativos”.

(l) Equatorial S.A.

Em julho de 2024, a Equatorial Participações e Investimentos IV S.A., controlada pela Equatorial S.A, passou a deter ações representativas de 15% (quinze por cento) do capital social da SABESP. Em dezembro de 2024, a Equatorial S.A. incorporou sua subsidiária, passando a ser titular e detentora direta da participação societária na SABESP. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar era de R\$ 341.272.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou “negócios em conjunto” – CPC 19 (R2)) exceto quanto à SABESP Olímpia, da qual a Companhia detém 100% da participação acionária e atende aos requisitos de controle, realizando desta forma a consolidação desta SPE, conforme Política Contábil descrita na Nota 3.1.

1. Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A foi constituída com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da empresa era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 36% de participação acionária e a GS Inima 64%.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

2. Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a empresa Águas de Andradina S/A foi constituída com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da empresa era de R\$ 17.936, divididos em 17.936.174 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguá 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Andradina, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

3. Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a empresa Águas de Castilho foi constituída com objeto social de prestar serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da empresa era de R\$ 2.785, divididos em 2.785.276 ações nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguá 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Castilho, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

4. Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a empresa Attend Ambiental S/A foi constituída com o objeto social de implantar e operar uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e exterior.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da empresa era de R\$ 23.494, divididos em 37.677.245 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 45% de participação acionária e a Estre detém 55%.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

5. Aquapolo Ambiental

Em 8 de outubro de 2009, a empresa Aquapolo Ambiental foi constituída com objeto social de produzir, fornecer e comercializar de água de reuso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico de Capuava e da região do ABC paulista.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 49% de participação acionária e a GS Inima Industrial detém 51%.

A Companhia cede como garantia ao empréstimo adquirido por meio de emissão de debêntures, o penhor de 100% de sua participação nas ações da Aquapolo Ambiental S/A.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

6. Paulista Geradora de Energia

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda. (Servtec) e a Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda. (Tecniplan), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guaraú e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da empresa era de R\$ 28.989, divididos em 288.988.640 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 25% de participação acionária, a Servtec detém 37,5% e a Tecniplan detém 37,5%.

As operações foram iniciadas em março de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Cantareira SP Energia

Em 28 de outubro de 2022, a empresa Cantareira SP Energia S/A foi constituída com o objeto social de desenvolver, produzir e comercializar energia fotovoltaica; comercializar, comprar e vender energia; realizar locação, comodato e arrendamento de ativos próprios ou de terceiros; realizar operação e manutenção de plantas de geração de energia; e obter participação em outras empresas.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da empresa era de R\$ 1.000, divididos em 1.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 49% de participação acionária e a Pacto SP Energia I Ltda. detém 51%.

Em 31 de dezembro de 2024 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

8. Barueri Energia Renovável (antiga FOXX URE-BA Ambiental S/A)

Em 22 de dezembro de 2022, a SABESP adquiriu ações da Empresa FOXX URE-BA Ambiental S/A, pelo valor de R\$ 40.000 para aquisição de 20% do capital social da empresa, correspondente a R\$ 13.852. A diferença paga no valor de R\$ 26.148 foi registrada no ativo intangível, na rubrica “Direito de uso – Investimentos”. O objeto social da Barueri Energia Renovável é a prestação, sob o regime de concessão, de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, compreendendo a totalidade dos resíduos provenientes da coleta regular, tanto domésticos como comerciais, de varrição, podas, limpeza de vias e outros logradouros públicos e do sistema de drenagem urbana, a prestação desses mesmos serviços e a realização das atividades correlatas a terceiros com quem tenha celebrado contrato para essa finalidade, incluindo os investimentos e obras da unidade de tratamento, implantada e operada pela sociedade, para tratamento e destinação final dos resíduos, a exploração de fontes de receitas, de créditos de carbono e do subproduto resultante do processo de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, bem como a comercialização de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da empresa era de R\$ 274.755, divididos em 274.754.806 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 20% de participação acionária e a FOXX Inova Ambiental S/A detém 80%.

9. Infranext Soluções em Pavimentação S/A

Em 7 de dezembro de 2022, a empresa SPE Infranext Soluções e Pavimentação S/A foi constituída com o objeto social de comercializar asfalto a frio e outros produtos relacionados, prestar serviços relacionados, bem como realizar investimentos e participação em outras empresas.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da empresa era de R\$ 7.050, divididos em 7.050.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e poderá ser aumentado até o valor de R\$ 12.000, divididos em 12.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 45% de participação acionária e a DVS – Locação de Equipamentos Ltda 55%.

Em 31 de dezembro de 2024 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. SABESP Olímpia S/A

Em 11 de agosto de 2023, a empresa SABESP Olímpia S/A foi constituída com o objetivo social dos prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Olímpia/SP, nos termos do Contrato de Concessão decorrente do Edital Concorrência Pública nº 02/2023.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da empresa era de R\$ 811, divididos em 811.121 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 100% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2023.

Participação nas investidas

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

	Patrimônio líquido		Aporte	Dividendos	Resultado do exercício		
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	2024	2024	2024	(*)	2023
Sesamm	75.307	61.275	-	(4.677)	18.709	-	20.389
Águas de Andradina	37.959	34.088	-	(1.068)	4.939	-	3.311
Águas de Castilho	8.782	12.784	-	(6.157)	2.155	-	1.997
Attend Ambiental	55.162	43.263	-	(6.987)	18.886	-	17.749
Aquapolo Ambiental	116.688	102.442	-	(26.758)	41.004	-	37.516
Paulista Geradora de Energia – PGE (**)	27.004	42.307	-	-	(443)	-	1.728
Cantareira SP Energia	10.613	10.650	-	-	(37)	-	(464)
Barueri Energia Renovável	251.420	63.309	201.172	-	(12.477)	(584)	(1.686)
Infranext Soluções em Pavimentação	4.154	4.699	-	-	(522)	(23)	(2.351)
SABESP Olímpia	(16.766)	(3.066)	-	-	(13.700)	-	(3.877)

(*) O montante apresentado se refere a movimentações no Patrimônio Líquido da investida, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(**) A redução do Patrimônio Líquido é decorrente dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital de outras investidoras que não foram convertidos em capital social, no montante de R\$ 14.860.

Os saldos dos investimentos e respectivas movimentações são como segue:

	Controladora										
	Investimentos		Aporte	Dividendos	Reclassificação (***)	Resultado de equivalência patrimonial				Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	de 2024	2024	2024	2024	Reversão	(*)	2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sesamm	27.111	22.059	-	(1.683)	-	6.735	-	-	7.340	36%	36%
Águas de Andradina	11.387	10.225	-	(320)	-	1.482	-	-	992	30%	30%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Águas de Castilho	2.635	3.835	-	(1.847)	-	647	-	-	599	30%	30%
Attend Ambiental	24.824	19.469	-	(3.143)	-	8.498	-	-	7.987	45%	45%
Aquapolo Ambiental	57.178	50.196	-	(13.111)	-	20.093	-	-	18.383	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	6.750	6.861	-	-	-	(111)	-	-	432	25%	25%
Cantareira SP Energia	5.194	5.212	-	-	-	(18)	-	-	(227)	49%	49%
Barueri Energia Renovável	50.285	12.663	40.234	-	-	(2.495)	-	(117)	(2.054)	20%	20%
Infranext Soluções em Pavimentação	-	-	-	-	(608)	(235)	853	(10)	(1.058)	45%	45%
SABESP Olímpia	-	-	-	-	13.700	(13.700)	-	-	(3.877)	100%	100%
Total	185.364	130.520	40.234	(20.104)	13.092	20.896	853	(127)	28.517		
Barueri Energia Renovável – Valor justo (**)	24.340	25.244									
Outros investimentos	6.099	6.099									
Total geral	215.803	161.863									

(*) O montante apresentado se refere a movimentação no Patrimônio Líquido da investida, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(**) O montante apresentado se refere ao ajuste a valor justo na aquisição da Barueri Energia Renovável em 2024.

(***) O montante do prejuízo da investida superior ao investimento foi reclassificado para o Passivo não Circulante.

	Consolidado										
	Investimentos		Aporte	Dividendos	Reclassificação (***)	Resultado de equivalência patrimonial				Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	2024	2024	2024	2024	Reversão	(*)	2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sesamm	27.111	22.059	-	(1.683)	-	6.735	-	-	7.340	36%	36%
Águas de Andradina	11.387	10.225	-	(320)	-	1.482	-	-	992	30%	30%
Águas de Castilho	2.635	3.835	-	(1.847)	-	647	-	-	599	30%	30%
Attend Ambiental	24.824	19.469	-	(3.143)	-	8.498	-	-	7.987	45%	45%
Aquapolo Ambiental	57.178	50.196	-	(13.111)	-	20.093	-	-	18.383	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	6.750	6.861	-	-	-	(111)	-	-	432	25%	25%
Cantareira SP Energia	5.194	5.212	-	-	-	(18)	-	-	(227)	49%	49%
Barueri Energia Renovável	50.285	12.663	40.234	-	-	(2.495)	-	(117)	(2.054)	20%	20%
Infranext Soluções em Pavimentação	-	-	-	-	(608)	(235)	853	(10)	(1.058)	45%	45%
Total	185.364	130.520	40.234	(20.104)	(608)	34.596	853	(127)	32.394		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Barueri Energia Renovável – Valor justo (**)	24.340	25.244
Outros investimentos	6.099	6.099
Total geral	215.803	161.863

(*) O montante apresentado se refere a movimentação no Patrimônio Líquido da investida, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(**) O montante apresentado se refere ao ajuste a valor justo na aquisição da Barueri Energia Renovável em 2024.

(***) O montante do prejuízo da investida superior ao investimento foi reclassificado para o Passivo não Circulante.

No dia 2 de julho de 2024, a Barueri Energia Renovável S.A. (“Barueri Energia”) emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R\$ 395.000, para financiar os investimentos previstos em seu plano de negócios. Para a emissão, a SABESP alienou fiduciariamente sua participação acionária e concedeu Compromisso de Suporte do Acionista, ou ESA - *Equity Support Agreement*, como instrumentos de garantia, observado o limite de sua participação acionária de 20% do valor da operação, ou seja, R\$ 79.000.

13 Propriedades para investimento

Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2023	Depreciação	31 de dezembro de 2024
Propriedades para investimento	46.678	(48)	46.630

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de mercado destas propriedades é de aproximadamente R\$ 452.700 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 393.600).

Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2022	Depreciação	31 de dezembro de 2023
Propriedades para investimento	46.726	(48)	46.678

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Ativo de contrato

	Controladora					31 de dezembro de 2024 (iii)
	31 de dezembro de 2023	Adições (i)	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	
Total Ativo de contrato	7.393.096	6.670.657	(164.022)	5.796	(9.033.117)	4.872.410

	Consolidado					31 de dezembro de 2024 (iii)
	31 de dezembro de 2023	Adições (i)	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	
Total Ativo de contrato	7.393.096	6.675.914	(164.022)	5.796	(9.033.117)	4.877.667

- (i) As maiores adições do período estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Praia Grande nos montantes de R\$ 2.744 milhões, R\$ 518 milhões e R\$ 239 milhões, respectivamente.
- (ii) As maiores transferências do período estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Itanhaém, nos montantes de R\$ 3.632 milhões, R\$ 353 milhões e R\$ 241 milhões, respectivamente.
- (iii) As maiores obras estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Francisco Morato nos montantes de R\$ 1.165 milhões, R\$ 418 milhões e R\$ 260 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o ativo de contrato não possuía valores reconhecidos como arrendamentos.

	Controladora e Consolidado				31 de dezembro de 2023
	31 de dezembro de 2022	Adições	Transferências	Transferências de obras para o intangível	
Total Ativo de contrato	8.613.968	6.026.053	384	(7.247.309)	7.393.096

(a) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

A Companhia capitaliza juros e variações monetárias e cambiais no ativo de contrato durante o período de construção. Em 2024 e 2023, a Companhia capitalizou o valor de R\$ 564.302 e R\$ 638.208, respectivamente.

(b) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seus riscos e benefícios. Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta.

Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia, nesse caso, a margem implícita para cobrir os custos de administração e a assunção do risco primário, é menor.

Em 2024 e 2023 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção consolidado em 2024 e 2023 foi de R\$ 139.976 e R\$ 125.603, respectivamente, e na controladora em 2024 e 2023 foi de R\$ 139.856 e R\$ 125.603, respectivamente.

(c) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgotamento sanitário, há necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários são ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados no ativo de contrato durante as obras. Em 2024 e 2023, o total referente às desapropriações foi de R\$ 64.047 e R\$ 58.682, respectivamente.

15 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	-	-	-	747.925	(241.808)	506.117
Contratos de concessão – valor econômico	-	-	-	1.686.384	(1.048.624)	637.760
Contratos de concessão – outros	112.456	(52.964)	59.492	-	-	-
Contratos de programa	-	-	-	30.267.977	(9.583.480)	20.684.497
Compromissos de Contratos	4.437.857	(588.098)	3.849.759	1.709.757	(497.731)	1.212.026
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	-	-	-	29.161.286	(8.967.701)	20.193.585
Contrato de Concessão – URAE-1	62.042.186	(22.085.992)	39.956.194	-	-	-
Licença de uso de software	1.570.845	(932.558)	638.287	1.300.504	(787.280)	513.224
Direito de uso – outros ativos	240.106	(115.370)	124.736	217.204	(99.144)	118.060
Total	68.403.450	(23.774.982)	44.628.468	65.091.037	(21.225.768)	43.865.269

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	-	-	-	747.925	(241.808)	506.117
Contratos de concessão – valor econômico	-	-	-	1.686.384	(1.048.624)	637.760
Contratos de concessão – novos contratos	148.000	(5.344)	142.656	148.000	(411)	147.589
Contratos de concessão - outros	112.456	(52.964)	59.492	-	-	-
Contratos de programa	-	-	-	30.267.977	(9.583.480)	20.684.497
Compromissos de Contratos	4.437.857	(588.098)	3.849.759	1.709.757	(497.731)	1.212.026
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	-	-	-	29.161.286	(8.967.701)	20.193.585
Contrato de Concessão - URAE-1	62.042.186	(22.085.992)	39.956.194	-	-	-
Licença de uso de software	1.570.845	(932.558)	638.287	1.300.504	(787.280)	513.224
Direito de uso – outros ativos	240.106	(115.370)	124.736	217.204	(99.144)	118.060
Total	68.551.450	(23.780.326)	44.771.124	65.239.037	(21.226.179)	44.012.858

(b) Movimentação

	Controladora							
	31 de dezembro de 2023	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	Transferência para Ativo Financeiro	31 de dezembro de 2024
Contratos de concessão – valor patrimonial	506.117	-	13.216	(508.709)	(22)	(10.602)	-	-
Contratos de concessão – valor econômico	637.760	(181)	13.005	(576.439)	-	(74.145)	-	-
Contratos de concessão – outros	-	-	4.090	57.445	-	(2.043)	-	59.492
Contratos de programa	20.684.497	-	1.392.259	(21.469.330)	(1.020)	(606.406)	-	-
Compromissos de Contratos	1.212.026	2.728.100	-	-	-	(90.367)	-	3.849.759
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	20.193.585	-	801.993	(20.278.339)	(1.327)	(715.912)	-	-
Contrato de Concessão URAE-1	-	20.712	6.573.841	42.727.540	(4.449)	(911.134)	(8.450.316)	39.956.194
Licença de uso de software	513.224	29.972	234.713	4.989	-	(144.611)	-	638.287
Direito de uso – outros ativos	118.060	84.048	-	-	(46)	(77.326)	-	124.736
Total	43.865.269	2.862.651	9.033.117	(42.843)	(6.864)	(2.632.546)	(8.450.316)	44.628.468

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							31 de dezembro de 2024
	31 de dezembro de 2023	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	Transferência para Ativo Financeiro	
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	506.117	-	13.216	(508.709)	(22)	(10.602)	-	-
Contratos de concessão – valor econômico	637.760	(181)	13.005	(576.439)	-	(74.145)	-	-
Contratos de concessão – novos contratos	147.589	-	-	-	-	(4.933)	-	142.656
Contratos de concessão – outros	-	-	4.090	57.445	-	(2.043)	-	59.492
Contratos de programa	20.684.497	-	1.392.259	(21.469.330)	(1.020)	(606.406)	-	-
Compromissos de Contratos	1.212.026	2.728.100	-	-	-	(90.367)	-	3.849.759
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	20.193.585	-	801.993	(20.278.339)	(1.327)	(715.912)	-	-
Contrato de Concessão URAE-1	-	20.712	6.573.841	42.727.540	(4.449)	(911.134)	(8.450.316)	39.956.194
Licença de uso de software	513.224	29.972	234.713	4.989	-	(144.611)	-	638.287
Direito de uso – outros ativos	118.060	84.048	-	-	(46)	(77.326)	-	124.736
Total	44.012.858	2.862.651	9.033.117	(42.843)	(6.864)	(2.637.479)	(8.450.316)	44.771.124

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica contrato de concessão URAE-1 incluía arrendamentos no montante de R\$ 338.740 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 43.738 e R\$ 330.941 nas rubricas contratos de concessão – valor patrimonial e contratos de programa, respectivamente).

	Controladora						31 de dezembro de 2023
	31 de dezembro de 2022	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	
Intangíveis decorrentes de:							
Contratos de concessão – valor patrimonial (*)	499.326	22	27.774	(934)	(307)	(19.764)	506.117
Contratos de concessão – valor econômico	652.039	60	115.841	63	(119)	(130.124)	637.760
Contratos de programa (*)	18.337.459	159	3.337.155	93.417	(4.933)	(1.078.760)	20.684.497
Contratos de programa – compromissos	1.264.992	-	-	-	-	(52.966)	1.212.026
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	17.870.451	430	3.717.006	(113.378)	(2.237)	(1.278.687)	20.193.585
Licença de uso de software	595.404	1.397	49.533	(88)	-	(133.022)	513.224
Direito de uso – Outros ativos	75.052	108.405	-	-	(31)	(65.366)	118.060
Direito de uso – Investimentos	26.148	-	-	(26.148)	-	-	-
Total	39.320.871	110.473	7.247.309	(47.068)	(7.627)	(2.758.689)	43.865.269

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						31 de dezembro de 2023
	31 de dezembro de 2022	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	
Intangíveis decorrentes de:							
Contratos de concessão – valor patrimonial (*)	499.326	22	27.774	(934)	(307)	(19.764)	506.117
Contratos de concessão – valor econômico	652.039	60	115.841	63	(119)	(130.124)	637.760
Contratos de concessão – novos contratos	-	148.000	-	-	-	(411)	147.589
Contratos de programa (*)	18.337.459	159	3.337.155	93.417	(4.933)	(1.078.760)	20.684.497
Contratos de programa – compromissos	1.264.992	-	-	-	-	(52.966)	1.212.026
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	17.870.451	430	3.717.006	(113.378)	(2.237)	(1.278.687)	20.193.585
Licença de uso de software	595.404	1.397	49.533	(88)	-	(133.022)	513.224
Direito de uso – Outros ativos	75.052	108.405	-	-	(31)	(65.366)	118.060
Direito de uso – Investimentos	26.148	-	-	(26.148)	-	-	-
Total	39.320.871	258.473	7.247.309	(47.068)	(7.627)	(2.759.100)	44.012.858

(c) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia operava em 375 municípios no Estado de São Paulo, incluindo o município de Olímpia (em 31 de dezembro de 2023 – 376 municípios). O contrato com a URAE-1 contempla 371 municípios com vigência até 2060. A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa e regulamentada pela ARSESP.

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – Novos Contratos

Referem-se a contratos obtidos por meio de licitações, após o Novo Marco Legal do Saneamento. Neste item são apresentados os ativos referentes à operação no município de Olímpia. Os ativos são amortizados durante o período do contrato ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(ii) Contratos de concessão – Outros

Referem-se, principalmente, aos ativos do contrato com os municípios de Miguelópolis, Quintana e Nova Guataporanga, que não aderiram à URAE-1.

(iii) Contrato de concessão – URAE-1

O Contrato de Concessão 01/2024 (Contrato) entre a URAE-1 e a Companhia, entrou em vigor em 23 de julho de 2024, sendo que a URAE-1 é formada por 371 municípios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Contrato regulamenta a exploração dos serviços de saneamento e estabelece:

- Quais são os serviços que o operador deve prestar e quais são os municípios que os serviços devem ser prestados;
- Os indicadores de desempenho para prestação de serviço de saneamento, com relação à qualidade dos serviços prestados, à cobertura dos serviços e às perdas. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados ao contrato de concessão da URAE-1 podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Que ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- Que o preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão, bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

O Contrato foi celebrado após o Novo Marco Legal para o Saneamento Básico, Lei nº 14.026/2020, que alterou pontos da Lei nº 11.445/2007 e impõem restrições quanto à prorrogação dos contratos de programa, ou seja, os poderes concedentes não poderão mais contratar diretamente e terão que realizar licitações para os serviços.

Nesse novo cenário foi reconhecido um ativo financeiro à medida que existe o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção (indenização), sendo que a indenização, em geral, precisa ser prévia à retomada dos serviços conforme contrato.

Nessa nova configuração, considerando o prazo de vencimento do Contrato, 19 de outubro de 2060, serão indenizados os valores residuais dos investimentos não amortizados em que a vida útil do ativo ultrapassar o prazo do contrato, devidamente atualizados pelo IPCA/IBGE relativos aos bens reversíveis, bem como valores relacionados às obras em execução ainda não imobilizadas.

Assim, em face da modificação dos 371 contratos em um único contrato com a URAE-1, desde julho de 2024 a SABESP passou a reconhecer o ativo financeiro que é reclassificado do ativo Intangível, referente aos direitos contratuais de receber caixa (indenizações) no final do contrato, que corresponde aos investimentos realizados e não recuperados conforme demonstrado na Nota 15 e 16.

Adicionalmente, o Contrato também prevê a realização de repasses variáveis que serão realizados ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) nos seguintes termos:

- São Paulo: variável durante o prazo do contrato, conforme detalhado abaixo;
- São José dos campos: 5%
- Demais 369 municípios: 4%

Em relação ao Município de São Paulo, temos as seguintes características:

- (a) 7,5% da Receita Líquida no período entre os anos de 2025 e 2040;
-

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) 8% da Receita Líquida no período entre os anos de 2041 e 2060;
- (c) Do montante mencionado no item (a), visando compatibilizar a efetivação da política pública municipal urbanística com o cronograma da Universalização, o equivalente a 5,5% incidente sobre a Receita Líquida estimada para o período entre os anos de 2025 e 2029, foi pago pela SABESP, em parcela única o valor de R\$ 2.280.000 no dia 22 de agosto de 2024, reconhecendo o Município de São Paulo que o valor pago representou a quitação da obrigação da SABESP em relação à parcela antecipada de repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) e que será amortizado pelo prazo do contrato;
- (d) Sem prejuízo da antecipação mencionada no item (c) acima, para compor o percentual total do repasse de 7,5% mencionado no item (a), o valor equivalente a 2,0% da Receita Líquida, entre os anos de 2025 e 2029, será pago trimestralmente pela SABESP após a publicação dos seus resultados trimestrais;
- (e) A partir do ano de 2030, o valor equivalente a 7,5% da Receita Líquida será pago trimestralmente pela SABESP até o ano de 2040, após a publicação dos seus resultados trimestrais; e
- (f) A partir do ano de 2041, o valor equivalente a 8,0% da Receita Líquida, será pago trimestralmente pela SABESP até o ano de 2060, após a publicação dos seus resultados trimestrais.

(iv) Contratos de prestação de serviços – Município de São Paulo

Refere-se às operações com o Município de São Paulo, com o qual a Companhia celebrou juntamente com o Estado um contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em 23 de junho de 2010, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos. Com a conclusão da desestatização e assinatura do contrato com a URAE-1, em 23 de julho de 2024, o contrato com o Município de São Paulo está contemplado na URAE-1.

(d) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas à Parceria Público-Privada. Essas transações, juntamente com suas garantias e obrigações correspondentes, estão respaldadas em contrato estabelecido com base na Lei nº 11.079/2004.

Sistema Produtor São Lourenço (PPP SPSL)

A Companhia e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada à época pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço com prazo de 25 anos contados desde o início das obras.

Em maio de 2018, foi concluída a transferência do controle acionário da sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A para a CGGC Construtora do Brasil Ltda., anteriormente formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

O contrato tem como objetivo: (i) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e (ii) prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.

As obras foram iniciadas em abril de 2014 e a PPP - Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) entrou em operação definitiva em 10 de julho de 2018.

Os valores registrados no intangível estão demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Alto Tietê	219.096	235.224
São Lourenço	2.386.192	2.556.002
Total	2.605.288	2.791.226

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Alto Tietê	-	-	-	52.762	-	52.762
São Lourenço	452.323	2.853.896	3.306.219	435.164	2.798.688	3.233.852
Total	452.323	2.853.896	3.306.219	487.926	2.798.688	3.286.614

(e) Amortização do intangível

A taxa média de amortização foi de 2,8% e 5,4% em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. A redução na taxa média ocorreu após a assinatura do novo contrato com a URAE-1, descrito na Nota 15 (c) (iii), pois o novo contrato tem prazo até 19 de outubro de 2060.

(f) Arrendamentos e direito de uso

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Arrendamentos - Contrato de Concessão URAE-1		
Custo	588.534	588.600
Amortização acumulada	(249.794)	(213.921)
(=) Líquido	338.740	374.679
Direito de uso - Outros ativos		
Veículos	216.431	205.593

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Imóveis	22.098	11.566
Equipamentos	1.577	45
Amortização acumulada	(115.370)	(99.144)
(=) Líquido	124.736	118.060
Total – Arrendamentos e Direito de uso	463.476	492.739

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 18.

A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

	Impacto sobre o resultado	
	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Amortização do direito de uso	(114.111)	(96.429)
Resultado financeiro – despesa de juros e variação monetária	(134.509)	(75.108)
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(28.411)	(26.776)
Redução do lucro do período	(277.031)	(198.313)

(g) Contratos de performance

A SABESP possui contratos para construção de ativos no modelo de performance, nos quais a contratada é remunerada pela entrega de resultado e não somente pela execução de obras.

Os contratos de performance possuem basicamente 3 fases: (i) implantação do escopo - construção do ativo; (ii) apuração da performance do ativo construído; e (iii) pagamento de parcelas fixas.

A SABESP acompanha a realização do contrato e reconhece os ativos quando os benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia e os custos possam ser mensurados com confiabilidade. O valor da performance compõe o custo do ativo, pois entrega um desempenho melhor e consequentemente benefícios econômicos futuros adicionais para a Companhia.

O limite a ser remunerado ao fornecedor é de 120% do valor base do contrato. Na maioria dos contratos, quando o percentual de performance mínima não é atingido, o valor a ser pago ao fornecedor será apenas dos materiais aplicados na construção dos ativos.

Os saldos contábeis dos contratos vigentes registrados no ativo de contrato e no intangível estão demonstrados no quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo de contrato	380.204	183.876
Intangível	1.933.347	2.191.361
Total	2.313.551	2.375.237

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Total	287.109	137.441	424.550	634.501	168.298	802.799

16 Ativo Financeiro (indenização)

Com a conclusão do processo de desestatização e assinatura do contrato com a URAE-1 em julho de 2024, resultando em um único contrato abrangendo 371 municípios com novo prazo de vencimento em 2060, o que trouxe maior segurança jurídica e resultando em um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a Companhia reconheceu a modificação do contrato resultando na bifurcação dos ativos de concessão considerando o direito contratual de que os investimentos reversíveis e não totalmente amortizados até o final do contrato deverão ser indenizados.

Os impactos de Imposto de Renda e Contribuição Social e de PIS e Cofins são diferidos até o momento de sua realização.

A movimentação do saldo do Ativo Financeiro resultante do contrato de concessão URAE-1 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2023	Transferência de ativo Intangível (a)	Atualização do Ativo Financeiro (b)	31 de dezembro de 2024
Ativo Financeiro				
Contrato de Concessão - URAE-1	-	8.450.316	9.151.310	17.601.626
Total	-	8.450.316	9.151.310	17.601.626

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos intangíveis para ativo financeiro da concessão, que estavam reconhecidos pelo seu custo;

(b) Revisão do ativo financeiro considerando a atualização pelo IPCA, por ser o índice utilizado pela agência reguladora para correção dos ativos a serem indenizados. Na bifurcação inicial, ocorrida em julho de 2024 com o início do contrato com a URAE-1, foi registrado o montante de R\$ 8.757.450.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora e Consolidado							
	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação
Terrenos	94.751	-	94.751	-	94.228	-	94.228	-
Edificações	135.357	(47.035)	88.322	2,4%	125.672	(44.726)	80.946	2,2%
Equipamentos	502.967	(331.092)	171.875	13,9%	443.380	(313.193)	130.187	14,2%
Equipamentos de transporte	35.224	(11.624)	23.600	10,2%	14.625	(10.384)	4.241	9,9%
Móveis e utensílios	41.378	(17.778)	23.600	6,7%	41.049	(15.876)	25.173	6,8%
Outros	164.503	(5.103)	159.400	6,6%	140.548	(764)	139.784	6,5%
Total	974.180	(412.632)	561.548	9,6%	859.502	(384.943)	474.559	9,7%

Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2024
Terrenos	94.228	-	523	-	-	94.751
Edificações	80.946	7.835	1.783	-	(2.242)	88.322
Equipamentos	130.187	29.434	42.153	(256)	(29.643)	171.875
Equipamentos de transporte	4.241	17.597	2.628	-	(866)	23.600
Móveis e utensílios	25.173	1.111	(517)	(31)	(2.136)	23.600
Outros	139.784	44.751	(20.907)	-	(4.228)	159.400
Total	474.559	100.728	25.663	(287)	(39.115)	561.548

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2022	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2023
Terrenos	94.228	-	-	-	-	94.228
Edificações	47.968	5.832	28.459	(14)	(1.299)	80.946
Equipamentos	120.865	55.449	(18.121)	(641)	(27.365)	130.187
Equipamentos de transporte	2.495	-	2.432	-	(686)	4.241
Móveis e utensílios	23.496	6.522	(3.060)	(72)	(1.713)	25.173
Outros	49.887	79.446	10.826	-	(375)	139.784
Total	338.939	147.249	20.536	(727)	(31.438)	474.559

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos e financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
Em moeda nacional						
Debêntures 12 ^a Emissão	-	-	-	45.450	22.385	67.835
Debêntures 18 ^a Emissão	-	-	-	46.962	-	46.962
Debêntures 22 ^a Emissão	179.350	-	179.350	170.957	170.616	341.573
Debêntures 23 ^a Emissão	125.000	249.354	374.354	490.810	374.279	865.089
Debêntures 24 ^a Emissão	-	538.606	538.606	-	512.122	512.122
Debêntures 26 ^a Emissão	-	1.371.685	1.371.685	-	1.302.042	1.302.042
Debêntures 27 ^a Emissão	199.590	299.391	498.981	200.000	498.634	698.634
Debêntures 28 ^a Emissão	444.100	626.762	1.070.862	127.715	1.070.457	1.198.172
Debêntures 29 ^a Emissão	250.000	1.107.523	1.357.523	-	1.314.136	1.314.136
Debêntures 30 ^a Emissão	125.000	748.405	873.405	125.000	873.231	998.231
Debêntures 31 ^a Emissão	-	2.934.936	2.934.936	-	-	-
Debêntures 32 ^a Emissão	-	2.496.521	2.496.521	-	-	-
Caixa Econômica Federal	123.495	1.559.847	1.683.342	108.210	1.508.275	1.616.485
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	7.348	9.131	16.479	7.286	16.316	23.602
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	4.978	6.223	11.201	4.936	11.107	16.043
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	6.855	-	6.855	27.219	6.766	33.985
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	202.398	455.333	657.731	200.693	652.175	852.868
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	34.436	328.772	363.208	34.146	360.021	394.167
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	6.694	3.552	10.246	6.638	10.107	16.745
Inter-American Development Bank - BID 2202	181.349	1.803.222	1.984.571	181.349	1.983.615	2.164.964
Inter-American Development Bank - BID INVEST	44.300	771.201	815.501	39.550	814.840	854.390
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	18.800	419.697	438.497	14.100	438.241	452.341
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2023	16.450	431.410	447.860	14.100	447.791	461.891
International Finance Corporation – IFC 2022	34.200	680.626	714.826	22.800	713.910	736.710
International Finance Corporation – IFC 2023	10.000	977.574	987.574	-	986.651	986.651
International Finance Corporation – IFC 2024	-	1.048.579	1.048.579	-	-	-
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	108.533	208.611	317.144	49.884	259.326	309.210
Arrendamento Mercantil (Outros)	97.657	53.267	150.924	68.499	73.801	142.300
Outros	1.868	931	2.799	3.003	2.910	5.913
Juros e Demais Encargos	548.372	-	548.372	377.398	-	377.398
Total em moeda nacional	2.770.773	19.131.159	21.901.932	2.366.705	14.423.754	16.790.459



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
Em moeda estrangeira						
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$ 10.278 mil (dez/23 – US\$ 20.556 mil)	63.645	-	63.645	49.759	49.759	99.518
Inter-American Development Bank - BID 4623 – US\$ 156.958 mil (dez/23 – US\$ 152.187 mil)	25.577	919.189	944.766	-	712.449	712.449
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRDS 7662 e 8916 – US\$ 136.741 mil (dez/23 – US\$ 107.445 mil)	37.707	793.697	831.404	29.433	477.554	506.987
JICA 15 – Iene 5.762.150 mil (dez/23 – Iene 6.914.580 mil)	47.710	181.946	229.656	39.437	197.180	236.617
JICA 18 – Iene 5.180.800 mil (dez/23 – Iene 6.216.960 mil)	40.462	163.491	203.953	35.457	177.168	212.625
JICA 17 – Iene 3.175.656 mil (dez/23 – Iene 3.464.352 mil)	16.414	113.216	129.630	9.879	107.880	117.759
JICA 19 – Iene 22.668.975 mil (dez/23 – Iene 24.482.493 mil)	99.168	821.749	920.917	62.059	774.200	836.259
Juros e Demais Encargos	32.394	-	32.394	23.677	-	23.677
Total em moeda estrangeira	363.077	2.993.288	3.356.365	249.701	2.496.190	2.745.891
Total dos empréstimos e financiamentos	3.133.850	22.124.447	25.258.297	2.616.406	16.919.944	19.536.350

Cotações de 31 de dezembro de 2024: US\$ – R\$ 6,1923; Iene – R\$ 0,03947 (em 31 de dezembro de 2023: US\$ – R\$ 4,8413; Iene – R\$ 0,03422).
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Instituição financeira	31 de dezembro de 2024		
	Custo amortizado	Ajuste	Total
JICA 15 – Iene 5.762.150 mil (dez/23 – Iene 6.914.580 mil)	227.432	2.224	229.656
JICA 18 – Iene 5.180.800 mil (dez/23 – Iene 6.216.960 mil)	204.388	(435)	203.953
JICA 17 – Iene 3.175.656 mil (dez/23 – Iene 3.464.352 mil)	124.619	5.011	129.630
JICA 19 – Iene 22.668.975 mil (dez/23 – Iene 24.482.493 mil)	893.329	27.588	920.917
Juros e Demais Encargos	8.363	-	8.363
Total	1.458.131	34.388	1.492.519

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 12 ^a Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 18 ^a Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92% (1 ^a e 3 ^a séries) e 8,25% (2 ^a série)	IPCA (2 ^a série)
Debêntures 22 ^a Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1 ^a série) e CDI+ 0,90% (2 ^a série) e 6,0% (3 ^a série)	IPCA (3 ^a série)
Debêntures 23 ^a Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 0,49% (1 ^a série) e CDI+ 0,63% (2 ^a série)	
Debêntures 24 ^a Emissão	Recursos próprios	2029	3,20% (1 ^a série) e 3,37% (2 ^a série)	IPCA (1 ^a e 2 ^a séries)
Debêntures 26 ^a Emissão	Recursos próprios	2030	4,65% (1 ^a série) e 4,95% (2 ^a série)	IPCA (1 ^a e 2 ^a séries)
Debêntures 27 ^a Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 1,60% (1 ^a série) e CDI+ 1,80% (2 ^a série) e 2,25% (3 ^a série)	
Debêntures 28 ^a Emissão	Recursos próprios	2028	CDI + 1,20% (1 ^a série) e CDI+ 1,44% (2 ^a série) e 1,60% (3 ^a série)	
Debêntures 29 ^a Emissão	Recursos próprios	2036	CDI + 1,29% (1 ^a série) e 5,3058% (2 ^a série) e 5,4478% (3 ^a série)	IPCA (2 ^a e 3 ^a séries)
Debêntures 30 ^a Emissão	Recursos próprios	2029	CDI + 1,30% (1 ^a série) e CDI+ 1,58% (2 ^a série)	
Debêntures 31 ^a Emissão	Recursos próprios	2034	CDI + 0,49% (1 ^a série) e CDI+ 1,10% (2 ^a série) e CDI+ 1,31% (3 ^a série)	
Debêntures 32 ^a Emissão	Recursos próprios	2026	CDI+ 0,30%	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2025/2042	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,18%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	Recursos próprios	2026	TJLP + 1,76%	
Inter-American Development Bank - BID 2202	Governo Federal	2035	CDI + 0,86%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST	Recursos próprios	2034	CDI+ 1,90% e CDI 2,70%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	Recursos próprios	2036	CDI + 2,50%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2023	Recursos próprios	2036	CDI + 0,50%	
International Finance Corporation – IFC 2022	Recursos próprios	2032	CDI + 2,00%	
International Finance Corporation – IFC 2023	Recursos próprios	2033	CDI+2%	
International Finance Corporation – IFC 2024	Recursos próprios	2034	CDI+0,3735%	
Fehidro	Recursos próprios	2035	3%	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)		2035	7,73% a 10,12%	IPC



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Arrendamento Mercantil (Outros)		2042	9,74% a 15,24%	

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial	Custo hedge
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$ 10.278 mil	Governo Federal	2025	SOFR +5,34%	US\$	DI -0,47% a.a.
Inter-American Development Bank - BID 4623 – US\$ 152.187 mil	Governo Federal	2044	SOFR + 6,50940%	US\$	DI -0,06% a.a.
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDS 7662 e 8916 – US\$ 111.425 mil	Governo Federal	2034	SOFR + 5,89% e 6,99%	US\$	DI -0,66% a.a. e DI +0,41% a.a.
JICA 15 – Iene 5.762.150 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene	DI +0,82% a.a.
JICA 18 – Iene 5.180.800 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene	DI +0,79% a.a.
JICA 17 – Iene 3.320.004 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	Iene	DI -0,25% a.a.
JICA 19 – Iene 22.668.975 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	Iene	DI +0,32% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024

	Controladora e Consolidado							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 até 2044	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	1.323.040	3.719.487	1.415.030	674.405	1.316.921	1.288.121	1.959.219	11.696.223
Caixa Econômica Federal	123.495	131.136	139.242	147.721	153.538	151.203	837.007	1.683.342
BNDES	262.709	252.712	239.862	84.973	34.436	34.436	156.592	1.065.720
BIDs Nacional	260.899	330.209	315.069	420.959	383.238	349.769	1.626.286	3.686.429
IFCs	44.200	64.450	91.400	147.450	218.700	335.000	1.849.779	2.750.979
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa, Ativo de Contrato e outros)	206.190	64.682	22.690	29.417	20.579	124.510	-	468.068
Outros	1.868	931	-	-	-	-	-	2.799
Juros e Demais Encargos	548.372	-	-	-	-	-	-	548.372
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	2.770.773	4.563.607	2.223.293	1.504.925	2.127.412	2.283.039	6.428.883	21.901.932
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	89.222	51.155	51.155	51.155	51.155	51.155	663.414	1.008.411
BIRD	37.707	37.707	37.707	37.707	50.233	62.759	567.584	831.404
JICA	203.754	169.367	169.367	169.367	169.269	82.983	520.049	1.484.156
Juros e Demais Encargos	32.394	-	-	-	-	-	-	32.394
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	363.077	258.229	258.229	258.229	270.657	196.897	1.751.047	3.356.365
Total Geral	3.133.850	4.821.836	2.481.522	1.763.154	2.398.069	2.479.936	8.179.930	25.258.297

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

Controladora e Consolidado															
	31 de dezembro de 2023	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Valor justo	Atualização /Variação cambial Capitalizada	Variação cambial reclas. ORA	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas capitalizados	Provisão de juros/taxas – Reclassificação para ORA	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2024
EM MOEDA NACIONAL															
Debêntures Caixa Econômica Federal	7.534.818	-	5.440.478	(13.010)	116.330	-	25.579	-	(795.005)	(1.232.091)	801.565	169.235	-	14.124	12.062.023
BNDES	1.621.014	-	165.873	-	10.503	-	2.879	-	(128.418)	(112.399)	101.284	27.321	-	-	1.688.057
BID 2202	1.341.472	-	-	-	7.413	-	2.518	-	(93.215)	(281.867)	67.629	24.887	-	238	1.069.075
BID INVEST 2020	2.252.742	-	-	-	-	-	-	-	(257.571)	(181.349)	139.993	104.513	-	955	2.059.283
IFC 2022	900.367	-	-	-	-	-	-	-	(115.506)	(39.550)	15.854	93.554	-	661	855.380
IFC 2023	757.297	-	-	-	-	-	-	-	(94.577)	(22.800)	46.651	46.372	-	915	733.858
IFC 2024	1.006.642	-	-	(528)	-	-	-	-	(116.964)	-	61.841	60.871	-	1.451	1.013.313
BID INVEST 2022	-	-	1.060.000	(11.428)	-	-	-	-	-	-	5.698	4.470	-	7	1.058.747
BID INVEST 2023	454.543	-	-	-	-	-	-	-	(59.504)	(14.100)	59.752	-	-	256	440.947
BID INVEST 2023 Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	464.131	-	-	-	-	-	-	-	(59.907)	(14.100)	60.191	-	-	70	450.385
Arrendamento Mercantil (Outros)	309.210	-	-	-	-	-	-	-	(104.725)	-	112.659	-	-	-	317.144
Outros	142.300	84.048	-	-	-	-	-	-	(31.799)	(105.839)	62.214	-	-	-	150.924
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	5.923	-	2.472	-	7	-	-	-	(178)	(5.625)	163	2	-	32	2.796
EM MOEDA ESTRANGEIRA	16.790.459	84.048	6.668.823	(24.966)	134.253	-	30.976	-	(1.857.369)	(2.009.720)	1.535.494	531.225	-	18.709	21.901.932

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP



Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BIDs	819.455	-	29.428	(4.096)	196.490	-	-	26.808	(58.916)	(53.446)	57.242	-	3.609	1.259	1.017.833
BIRD	515.015	-	204.314	(2.749)	132.645	-	9	21.920	(37.492)	(32.319)	40.715	298	3.065	596	846.017
JICA	1.411.421	-	-	-	196.087	34.388	994	-	(22.917)	(150.778)	22.314	800	-	206	1.492.515
<i>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</i>	<u>2.745.891</u>	<u>-</u>	<u>233.742</u>	<u>(6.845)</u>	<u>525.222</u>	<u>34.388</u>	<u>1.003</u>	<u>48.728</u>	<u>(119.325)</u>	<u>(236.543)</u>	<u>120.271</u>	<u>1.098</u>	<u>6.674</u>	<u>2.061</u>	<u>3.356.365</u>
<i>Total Geral</i>	<u>19.536.350</u>	<u>84.048</u>	<u>6.902.565</u>	<u>(31.811)</u>	<u>659.475</u>	<u>34.388</u>	<u>31.979</u>	<u>48.728</u>	<u>(1.976.694)</u>	<u>(2.246.263)</u>	<u>1.655.765</u>	<u>532.323</u>	<u>6.674</u>	<u>20.770</u>	<u>25.258.297</u>

Controladora e Consolidado												
	31 de dezembro de 2022	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2023
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	8.166.366	-	-	(2.043)	114.228	21.421	(839.833)	(741.812)	628.580	176.739	11.172	7.534.818
Caixa Econômica Federal	1.526.185	-	174.058	-	22.023	5.475	(122.843)	(106.982)	98.428	24.670	-	1.621.014
BNDES	1.380.993	-	190.000	-	10.326	2.464	(97.829)	(241.992)	78.745	18.516	249	1.341.472
BID 2202	2.450.550	-	-	-	-	-	(328.627)	(181.349)	135.524	175.689	955	2.252.742
BID INVEST 2020	943.619	-	-	-	-	-	(138.676)	(37.340)	27.360	104.739	665	900.367
IFC 2022	774.525	-	-	-	-	-	(114.131)	(15.200)	15.029	96.160	914	757.297
IFC 2023	-	-	1.000.000	(13.652)	-	-	(2.434)	-	11.335	11.090	303	1.006.642
BID INVEST 2022	469.327	-	-	-	-	-	(72.245)	(14.100)	71.305	-	256	454.543
BID INVEST 2023	-	-	470.000	(1.083)	-	-	(41.022)	(7.050)	43.263	-	23	464.131
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	357.844	-	-	-	-	-	(54.135)	(48.634)	54.135	-	-	309.210
Arrendamento Mercantil (Outros)	101.374	108.405	-	-	-	-	(39.918)	(88.452)	60.891	-	-	142.300
Outros	12.130	-	3.629	-	60	-	(587)	(9.884)	566	9	-	5.923
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	16.182.913	108.405	1.837.687	(16.778)	146.637	29.360	(1.852.280)	(1.492.795)	1.225.161	607.612	14.537	16.790.459



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EM MOEDA
ESTRANGEIRA

BIDs	532.693	-	384.824	(5.137)	(45.895)	-	(33.808)	(51.178)	36.929	-	1.027	819.455
BIRD	399.762	-	173.547	(3.032)	(30.374)	-	(22.089)	(31.009)	27.663	57	490	515.015
JICA	1.803.109	-	-	-	(231.877)	105	(26.795)	(157.785)	23.697	763	204	1.411.421
BID 1983AB	40.194	-	-	-	(1.813)	-	(1.447)	(38.323)	909	311	169	-
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	2.775.758	-	558.371	(8.169)	(309.959)	105	(84.139)	(278.295)	89.198	1.131	1.890	2.745.891
Total Geral	18.958.671	108.405	2.396.058	(24.947)	(163.322)	29.465	(1.936.419)	(1.771.090)	1.314.359	608.743	16.427	19.536.350

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Principais eventos ocorridos no exercício de 2024

Debêntures

31ª Emissão de debêntures:

Em 5 de março de 2024, a Companhia captou o montante de R\$ 2.940,5 milhões por meio da 31ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com as seguintes características:

	Valor	Taxa	Vencimento
1ª série	507.000	CDI + 0,49% a.a.	2029
2ª série	1.734.467	CDI + 1,10% a.a.	2031
3ª série	699.011	CDI + 1,31% a.a.	2034
Total	2.940.478		

Os recursos provenientes da emissão serão destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vincendos em 2024 e à recomposição e reforço de caixa. As Debêntures são caracterizadas como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis e azuis”, com base no compromisso da Companhia em destinar o equivalente em projetos descritos no *Framework* para Finanças Sustentáveis.

O contrato possui cláusula de *cross acceleration*, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 198 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, constitui-se em evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures.

12ª Emissão de debêntures:

Em 4 de junho de 2024, a Companhia realizou a amortização final, antecipada, da 12ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 49.704,9 milhões, sendo R\$ 49.287,5 milhões de principal e R\$ 417,4 mil de juros.

23ª Emissão de debêntures 1ª série:

Em 10 de maio de 2024, a Companhia realizou a amortização final da 1ª série da 23ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 519.439,9 milhões, sendo R\$ 491.755,0 milhões de principal e R\$ 27.684,9 mil de juros.

32ª Emissão de debêntures:

Em 10 de setembro de 2024, a Companhia captou o montante de R\$ R\$ 2.500,0 milhões por meio da 32ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em única série, com as seguintes características:

	Valor	Taxa	Vencimento
Série única	2.500.000	CDI + 0,30% a.a.	2026

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O contrato possui cláusula de *cross acceleration*, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 203 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, constitui-se em evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures.

Os *covenants* pactuados para a 31^a e 32^a Emissão de Debêntures são:

calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras deve ser igual ou superior a 1,5;

O não cumprimento dos índices financeiros acima por, no mínimo, dois trimestres consecutivos ou, ainda, por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias), constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures, alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Companhia para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Companhia. O descumprimento do limite acima constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures.

BID INVEST 2020:

Em 17 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a amortização parcial antecipada da tranche de longo prazo, no montante de R\$ 492.119, sendo R\$ 459.740 de principal e R\$ 32.379 de juros.

Adicionalmente, em 10 de fevereiro de 2025, o spread da tranche de médio prazo foi renegociado, passando de DI + 1,90% para DI + 0,90%, tornando-se efetiva desde 18 de fevereiro de 2025.

Impactos da desestatização:

A Companhia obteve prévia e expressa anuência através de formalizações ou aditamentos contratuais para possibilitar a alteração da estrutura do seu controle acionário, sem que fosse configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto nas cláusulas dos referidos contratos junto aos agentes financeiros: BID INVEST, BIRD, IFC, JICA, BNDES, CEF e Emissões de Debêntures: 22^a, 23^a, 24^a, 26^a, 27^a, 28^a, 29^a e 30^a.

Foram assinados aditamentos aos contratos junto ao BID Invest e BID Invest com PROPARCO que altera a descrição e conceito da Dívida Líquida, adequando ao critério já utilizado pelo IFC, incluindo na dívida líquida as aplicações financeiras líquidas e de baixo risco, bem como considerando também o valor da marcação a mercado das operações de *hedge* sobre a dívida em moeda estrangeira.

Foram aditadas as Escrituras das Emissões das Debêntures 22^a, 23^a, 24^a, 26^a, 27^a, 28^a, 29^a e 30^a, alterando a definição de “Dívida Líquida” utilizada no cálculo do índice financeiro “Dívida Líquida/EBITDA”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

“Dívida Líquida”: em qualquer data de apuração, significa o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, deduzidos: (i) os juros acumulados e encargos financeiros; (ii) o caixa e equivalente de caixa; (iii) o saldo de aplicações financeiras; e (iv) o valor líquido da marcação a mercado de operações de hedge sobre a dívida em moeda estrangeira, a ser informado pela Emissora.”

A 31ª Emissão de Debênture passa a considerar a definição acima de Dívida Líquida, conforme possibilitado em sua escritura.

FINEP:

Em 26 de abril de 2024, a Companhia realizou a amortização final do FINEP, no montante de R\$ 4.065,4, que estavam registrados em Outros empréstimos.

(b) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, os custos das obras são capitalizados no ativo de contrato e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção.

Após a entrada em operação é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Nesta rubrica também são registrados os valores a pagar pelos direitos de uso de ativos, vide Nota 15 (f).

(c) Compromissos financeiros – Covenants

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 31 de dezembro de 2024.

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Outras Dívidas Onerosas ⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30

(1) A definição contratual para “Outras Dívidas Onerosas” é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	Controladora e Consolidado
	31 de dezembro de 2024
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	768
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	30
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	886
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	1.060
Banco BTG Pactual	949
Outros	4
TOTAL	3.697

(*) utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 31 de dezembro de 2024 (US\$ 1,00 = R\$ 6,1923).

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (*hedge*) junto à instituição financeira J.P. Morgan, os quais estão vigentes desde 12 de dezembro de 2024, de forma a mitigar o risco cambial, assumindo como contrapartida uma variação do CDI reduzido de um percentual de juros, conforme descrito na Nota 5.1. Na data-base de 31 de dezembro de 2024 haviam 13 operações de *swap* vigentes, totalizando o valor nocional de US\$ 303.977 mil e Iene 36.787.581 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial convertendo os encargos financeiros para um custo médio aproximado equivalente a CDI - 0,36% a.a.. Para mais detalhes veja Nota 5.1 (d).

19 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Impostos a recuperar				
Imposto de renda e contribuição social	752.355	462.642	752.355	462.642
IRRF sobre aplicações financeiras	45.907	29.953	45.921	29.955
Outros tributos federais	2.535	2.050	2.535	2.050
Total	800.797	494.645	800.811	494.647

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Impostos e contribuições a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	-	205.587	1.957	205.964
PIS e Cofins	162.995	141.576	163.156	141.703
INSS	44.763	44.556	44.763	44.556
IRRF	290.949	64.770	290.949	64.770
Outros	90.403	54.979	90.446	54.979
Total	589.110	511.468	591.271	511.972

20 PIS e Cofins Diferidos**Passivo Não Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
PIS e Cofins diferidos				
PIS/Cofins – Ativo Financeiro	822.482	-	822.482	-
PIS/Cofins – Estimativa de Receita	111.475	-	111.475	-
Outros	183.847	164.097	183.847	164.097
Total	1.117.804	164.097	1.117.804	164.097

21 Impostos e contribuições diferidos**(a) Saldos patrimoniais**

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)*
Impostos diferidos ativo		
Provisões	839.864	666.131
Obrigações previdenciárias – Plano G1	125.198	135.231
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.321	45.140
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	177.271	182.519
Perdas estimadas com outras contas a receber	50.515	54.905

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)*
Perdas estimadas em perdas estoques	127.840	74.939
Perdas estimadas com obras e projetos	57.606	1.839
Perdas estimadas com baixa de bens	42.812	8.930
Contratos de performance	74.670	62.517
AVP contas a receber	100.913	102.216
Perda – <i>hedge</i> (Outros resultados abrangentes)	4.302	-
Instrumentos financeiros derivativos no resultado	3.297	-
Outros	75.644	77.421
Total do ativo fiscal diferido	1.723.253	1.411.788
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(314.641)	(329.060)
Capitalização de custos de empréstimos	(461.362)	(465.510)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(334.477)	(348.514)
Ativo financeiro (indenização)	(3.111.446)	-
Ganho atuarial – Plano G1	(125.096)	(121.425)
Margem de construção	(37.842)	(40.579)
Custas de captação	(280)	(8.624)
Total do passivo fiscal diferido	(4.385.144)	(1.313.712)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	(2.661.891)	98.076

(b) Realização

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	530.104	366.525
a ser realizado depois de um ano	1.193.149	1.045.263
Total do ativo fiscal diferido	1.723.253	1.411.788
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(25.563)	(36.074)
a ser realizado depois de um ano (*)	(4.359.581)	(1.277.638)
Total do passivo fiscal diferido	(4.385.144)	(1.313.712)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido	(2.661.891)	98.076

(*) O montante de R\$ 3.111.446, relativo ao ativo financeiro, será realizado após o ano de 2060.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)*	Variação líquida	31 de dezembro de 2024
Impostos diferidos ativo			
Provisões	666.131	173.733	839.864
Obrigações previdenciárias – Plano G1	135.231	(10.033)	125.198
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.140	(1.819)	43.321
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	182.519	(5.248)	177.271
Perdas estimadas com outras contas a receber	54.905	(4.390)	50.515
Perdas estimadas em perdas estoques	74.939	52.901	127.840
Perdas estimadas com obras e projetos	1.839	55.767	57.606
Perdas estimadas com baixa de bens	8.930	33.882	42.812
Contratos de performance	62.517	12.153	74.670
AVP contas a receber	102.216	(1.303)	100.913
Perda – <i>hedge</i> (Outros resultados abrangentes)	-	4.302	4.302
Instrumentos financeiros derivativos no resultado	-	3.297	3.297
Outros	77.421	(1.777)	75.644
Total	1.411.788	311.465	1.723.253
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(329.060)	14.419	(314.641)
Capitalização de custos de empréstimos	(465.510)	4.148	(461.362)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(348.514)	14.037	(334.477)
Ativo financeiro (indenização)	-	(3.111.446)	(3.111.446)
Ganho atuarial – Plano G1	(121.425)	(3.671)	(125.096)
Margem de construção	(40.579)	2.737	(37.842)
Custas de captação	(8.624)	8.344	(280)
Total	(1.313.712)	(3.071.432)	(4.385.144)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	98.076	(2.759.967)	(2.661.891)

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2022 (Reclassificado) *	Variação líquida	31 de dezembro de 2023 (Reclassificado) *
Impostos diferidos ativo			
Provisões	560.404	105.727	666.131
Obrigações previdenciárias – Plano G1	141.606	(6.375)	135.231
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	46.088	(948)	45.140
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	199.363	(16.844)	182.519

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas estimadas com outras contas a receber	47.629	7.276	54.905
Perdas estimadas em perdas estoques	63.718	11.221	74.939
Perdas estimadas com obras e projetos	1.839	-	1.839
Perdas estimadas com baixa de bens	8.930	-	8.930
Contratos de performance	-	62.517	62.517
AVP contas a receber	95.626	6.590	102.216
Outros	(45.944)	123.365	77.421
Total	1.119.259	292.529	1.411.788

Impostos diferidos passivo

Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(353.817)	24.757	(329.060)
Capitalização de custos de empréstimos	(457.669)	(7.841)	(465.510)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(346.650)	(1.864)	(348.514)
Ganho atuarial – G1	(93.561)	(27.864)	(121.425)
Margem de construção	(43.323)	2.744	(40.579)
Custas de captação	(13.517)	4.893	(8.624)
Total	(1.308.537)	(5.175)	(1.313.712)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	(189.278)	287.354	98.076

(*) Os exercícios de 2022 e 2023 constam como reclassificados devido abertura dos valores da linha de “outros”.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	98.076	(189.278)
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	(2.756.296)	315.218
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 24)	(3.671)	(27.864)
Total da variação líquida	(2.759.967)	287.354
Saldo final	(2.661.891)	98.076

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Lucro antes dos impostos	13.638.257	4.753.603	13.642.808	4.753.984

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(4.637.007)	(1.616.225)	(4.638.555)	(1.616.355)
Diferenças permanentes				
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	672.796	329.017	672.796	329.017
Provisão Lei nº 4.819/1958 – Go	(23.721)	(38.245)	(23.721)	(38.245)
Doações	(21.591)	(7.046)	(21.591)	(7.046)
Incentivos Fiscais	52.892	62.510	52.892	62.510
Acordo AAPS	(77.471)	-	(77.471)	-
Outras diferenças	(24.592)	39.917	(27.595)	39.666
Imposto de renda e contribuição social	(4.058.694)	(1.230.072)	(4.063.245)	(1.230.453)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.298.097)	(1.545.290)	(1.302.648)	(1.545.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.760.597)	315.218	(2.760.597)	315.218
Alíquota efetiva	30%	26%	30%	26%

22 Provisões

(a) Processos e ações que resultam em provisões

(I) Saldos patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A Administração reconhece provisões de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na Nota 3.16. Os prazos e os montantes dos pagamentos são determinados pelo resultado desses processos.

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações com clientes (i)	149.803	(11.341)	138.462	175.255	(6.060)	169.195
Ações com fornecedores (ii)	235.683	(58)	235.625	334.273	(90.973)	243.300
Outras questões cíveis (iii)	174.151	(1.431)	172.720	128.036	(1.229)	126.807
Ações tributárias (iv)	176.426	(2.417)	174.009	101.770	(18.223)	83.547
Ações trabalhistas (v)	1.077.083	(13.210)	1.063.873	727.133	(16.235)	710.898
Ações ambientais (vi)	657.041	(51)	656.990	492.740	(55)	492.685
Total	2.470.187	(28.508)	2.441.679	1.959.207	(132.775)	1.826.432

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Circulante	1.546.184	-	1.546.184	1.064.367	-	1.064.367
Não circulante	924.003	(28.508)	895.495	894.840	(132.775)	762.065

(II) Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2024
Ações com clientes (i)	175.255	5.778	17.723	(24.090)	(24.863)	149.803
Ações com fornecedores (ii)	334.273	65.615	102.116	(138.073)	(128.248)	235.683
Outras questões cíveis (iii)	128.036	96.311	24.785	(53.491)	(21.490)	174.151
Ações tributárias (iv)	101.770	36.052	63.534	(16.969)	(7.961)	176.426
Ações trabalhistas (v)	727.133	304.292	177.224	(58.386)	(73.180)	1.077.083
Ações ambientais (vi)	492.740	217.984	188.518	(3.630)	(238.571)	657.041
Subtotal	1.959.207	726.032	573.900	(294.639)	(494.313)	2.470.187
Depósitos judiciais vinculados	(132.775)	(14.342)	(9.709)	123.049	5.269	(28.508)
Total	1.826.432	711.690	564.191	(171.590)	(489.044)	2.441.679

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2022	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2023
Ações com clientes (i)	151.023	39.272	32.299	(34.437)	(12.902)	175.255
Ações com fornecedores (ii)	257.080	114.084	18.380	(54.905)	(366)	334.273
Outras questões cíveis (iii)	99.462	77.082	32.483	(16.810)	(64.181)	128.036
Ações tributárias (iv)	79.532	19.807	6.082	(721)	(2.930)	101.770
Ações trabalhistas (v)	654.277	99.926	70.927	(42.214)	(55.783)	727.133
Ações ambientais (vi)	406.872	50.950	49.173	-	(14.255)	492.740
Subtotal	1.648.246	401.121	209.344	(149.087)	(150.417)	1.959.207
Depósitos judiciais vinculados	(37.462)	(151.898)	(4.124)	57.744	2.965	(132.775)
Total	1.610.784	249.223	205.220	(91.343)	(147.452)	1.826.432

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ações com clientes (i)	171.831	158.584
Ações com fornecedores (ii)	807.950	968.752
Outras questões cíveis (iii)	669.108	695.097
Ações tributárias (iv)	1.362.849	1.067.350
Ações trabalhistas (v)	1.321.935	3.093.735
Ações ambientais (vi)	5.294.595	4.158.504
Total	9.628.268	10.142.022

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Referem-se, principalmente, a ações de clientes que pleiteiam que suas tarifas sejam iguais às de outras categorias de consumidores, às ações de redução de tarifas de esgoto em função das perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e às ações de redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social.

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia.

O Município de São Paulo, por meio da Lei nº 13.476/2002, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 1.144.705 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.044.035), que foram objeto de três executivos fiscais. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

das autuações por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo município. As atividades relativas ao esgotamento sanitário tiveram desfecho favorável, aguardando o trâmite de recursos em instância superior. No que se refere às atividades meio, a ação anulatória foi julgada improcedente, ocorrendo o levantamento do valor em garantia pelo Município. No que se refere às atividades relativas ao esgotamento sanitário, este teve desfecho favorável, reconhecendo a impossibilidade de cobrança de ISS.

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(vi) Ações ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia.

Os principais objetos nos quais a Companhia está envolvida são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do município, sob pena de pagamento de multa; e c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

(d) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, nos quais discute questões indenizatórias pela retomada dos serviços de saneamento por alguns municípios ou pelo direito de continuar explorando os referidos serviços.

O valor reconhecido em indenizações a receber, no ativo não circulante, referente aos municípios de Cajobi, Macatuba, Álvares Florence, Embaúba, Araçoiaba da Serra e Itapira e Igarapava é de R\$ 38.922 em 31 de dezembro de 2024, sendo registradas perdas estimadas no montante integral. Nenhum dos municípios mencionados é operado pela Companhia. Quando algum município obtém êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

(e) Processos ambientais com acordos firmados

A Companhia firmou, durante o exercício de 2024, acordos judiciais, com desembolso no montante de R\$ 276, relacionado à compensação ambiental e registrado no Passivo como outras obrigações.

(f) Seguro garantia

Em 22 de maio de 2024, a Companhia renovou o contrato, com vigência de um ano para emissão de apólices em diversas modalidades de garantia, tendo como limite para utilização na modalidade de seguro Garantia Judicial o montante de R\$ 900 milhões. A finalidade da modalidade Garantia Judicial é a utilização em demandas judiciais,

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais limitado ao período de até cinco anos. Em 31 de dezembro de 2024 o valor disponível para utilização era de R\$ 339 milhões.

23 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Salários e encargos sociais	70.291	69.885
Provisão para férias	218.987	256.415
Plano de saúde – Assistência médica (i)	117.578	86.147
Provisão para participação no resultado (ii)	181.446	97.514
Programa de Desligamento Incentivado (PDI) (iii)	62.127	290.202
Programa de Desligamento Voluntário (PDV) (iv)	629.273	-
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	5.587	6.093
Programa de Retenção do Conhecimento (PRC)	904	1.184
Total	1.286.193	807.440

(i) Plano de saúde – Assistência médica

O benefício assistencial é na modalidade pós-pagamento, com a premissa de livre escolha, mantido por contribuições da patrocinadora e dos empregados. No exercício de 2024 a Companhia participou em média com 8,63% da folha bruta de salários, totalizando R\$ 297.929 (no exercício de 2023 foi 9,18% totalizando R\$ 313.034) nas despesas com salários, encargos e benefícios.

Está registrado nesta rubrica o acordo firmado no início de 2024 entre a SABESP e a AAPS (Associação dos Aposentados e Pensionistas da SABESP) referente à compensação financeira pelo prazo de 60 meses para a operadora do plano de saúde VIVEST na migração de aposentados, ex-empregados, pensionistas e agregados entre planos de saúde.

Até a homologação do acordo, a SABESP era responsável por repassar à VIVEST os valores referentes aos déficits dos planos de saúde dos aposentados, ex-empregados, pensionistas e agregados, e buscar que cada uma das pessoas reembolsasse a Companhia pelo déficit.

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia reconheceu a obrigação referente ao acordo, considerando toda a população migrada ou que estava em tratativas para migração de plano de saúde, com efeito total no resultado do período de R\$ 162.388 na rubrica de despesas gerais.

Até 31 de dezembro de 2024 o valor total provisionado era de R\$ 135.525, sendo R\$ 33.191 nesta rubrica no passivo circulante e R\$ 102.333 no passivo não circulante, na rubrica “Outras Obrigações”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Provisão para participação no resultado

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas.

(iii) Programa de Desligamento Incentivado (PDI)

Em junho de 2023 foi implementado o Programa de Desligamento Incentivado (PDI ou Programa), visando a redução do quadro de empregados de forma conciliatória, de forma a proporcionar ganhos de eficiência, aumento da competitividade e otimização de custos (mais detalhes na Nota 21 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 estava registrado o montante de R\$ 82.166 decorrente da provisão para os incentivos indenizatórios dos empregados que aderiram ao Programa, sendo R\$ 62.127 nesta rubrica no passivo circulante e R\$ 20.039 no passivo não circulante na rubrica “Obrigações trabalhistas”. Esses valores referem-se principalmente aos reembolsos do plano de saúde que serão realizados por 24 meses consecutivos e ininterruptos estendendo-se aproximadamente até junho de 2026.

(iv) Programa de Desligamento Voluntário (PDV)

Em dezembro de 2024 foi implementado o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), visando a redução do quadro de empregados de forma conciliatória, de forma a proporcionar ganhos de eficiência, aumento da competitividade e otimização de custos.

O prazo para inscrições neste Programa compreendeu o período de 23 de dezembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025, teve a inscrição de 2.039 empregados e as rescisões contratuais estão sendo efetivadas desde fevereiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024 foi registrado o montante de R\$ 629.273 no passivo circulante, rubrica “Obrigações Trabalhistas”, decorrente da provisão para incentivos indenizatórios dos empregados.

24 Obrigações previdenciárias

A Companhia possui Benefícios Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) – Go (i) e Plano G1 (ii); e Contribuição Definida (CD) – SABESPprev Mais (iii) e VIVEST (iv), sendo que somente este último está aberto para novas adesões. A conciliação dos gastos com tais planos está demonstrada no item (v).

Demonstrações dos planos de benefício definido

Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Valor presente das obrigações de benefício definido	(2.335.938)	(1.931.145)	(4.267.083)	(2.982.863)	(2.098.622)	(5.081.485)
Valor justo dos ativos do plano	2.468.182	-	2.468.182	2.938.614	-	2.938.614

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Teto do ativo (*)	(132.244)	-	(132.244)	-	-	-
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	-	(1.931.145)	(1.931.145)	(44.249)	(2.098.622)	(2.142.871)

(*) O Plano G1 apresentou superávit em relação ao exercício de 2023, fundamentalmente em virtude do aumento da taxa de desconto utilizada para mensurar o passivo atuarial, que passou de 5,47% ao ano, em 2023, para 7,40% ao ano, em 2024. Esse percentual foi definido com base nas taxas dos títulos NTN-B vigentes em 31 de dezembro de 2024. O incremento na taxa de desconto resultou em significativa redução do valor presente das obrigações, contribuindo decisivamente para o superávit verificado.

Em consonância ao CPC 33 (R1), especificamente em relação ao teto de ativo, o valor a ser reconhecido no balanço patrimonial não pode exceder o valor presente de eventuais benefícios econômicos futuros disponíveis para a Companhia, seja por reembolso em caixa ou por redução das contribuições futuras. Observa-se que, pelas disposições contratuais do plano e pela legislação vigente, não existe perspectiva de reembolso em prazos razoáveis nem de redução das contribuições requeridas, de modo que o superávit não se configura como um ativo que possa ser imediatamente reconhecido.

Nesse sentido, a regra do teto de ativo resulta na limitação do montante contabilizável do superávit, que, na ausência de benefícios econômicos futuros comprováveis, deve ser reduzido a zero, de modo que não sejam reconhecidos ativos cuja realização futura não esteja suportada por evidência objetiva.

Movimentação do Passivo

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Passivos do plano						
Obrigação de benefício definido, início do exercício	(2.982.863)	(2.098.622)	(5.081.485)	(2.715.388)	(2.002.075)	(4.717.463)
Custo do serviço corrente	(35.951)	-	(35.951)	(41.440)	-	(41.440)
Custo dos juros	(274.718)	(189.274)	(463.992)	(307.777)	(225.220)	(532.997)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	716.927	135.201	852.128	(120.934)	(85.372)	(206.306)
Benefícios pagos	240.667	221.550	462.217	202.676	214.045	416.721
Obrigação de benefício definido, final do exercício	(2.335.938)	(1.931.145)	(4.267.083)	(2.982.863)	(2.098.622)	(5.081.485)
Ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	2.938.614	-	2.938.614	2.567.272	-	2.567.272
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	274.265	-	274.265	294.788	-	294.788
Contribuições da Companhia	39.676	-	39.676	40.898	-	40.898
Contribuições dos participantes	30.180	-	30.180	35.443	-	35.443
Benefícios pagos	(240.667)	-	(240.667)	(202.676)	-	(202.676)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	(573.886)	-	(573.886)	202.889	-	202.889
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	2.468.182	-	2.468.182	2.938.614	-	2.938.614
Teto do ativo	(132.244)	-	(132.244)	-	-	-
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	-	(1.931.145)	(1.931.145)	(44.249)	(2.098.622)	(2.142.871)

Movimentação do patrimônio líquido – Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia, em atendimento ao CPC33 (R1) e à IAS19, reconheceu os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	692.430	135.201	827.631	(120.934)	(85.372)	(206.306)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(549.389)	-	(549.389)	202.889	-	202.889
Teto do ativo	(132.244)	-	(132.244)	-	-	-
Total dos ganhos/(perdas)	10.797	135.201	145.998	81.955	(85.372)	(3.417)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.671)	-	(3.671)	(27.864)	-	(27.864)
Ajuste de avaliação patrimonial	7.126	135.201	142.327	54.091	(85.372)	(31.281)

Movimentação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Custo do serviço líquido	5.799	-	5.799	5.997	-	5.997
Custo dos juros	274.718	189.274	463.992	307.777	225.220	532.997
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(274.265)	-	(274.265)	(294.788)	-	(294.788)
Valor recebido do Estado de São Paulo (incontroverso)	-	(119.506)	(119.506)	-	(112.824)	(112.824)
Total dos gastos	6.252	69.768	76.020	18.986	112.396	131.382

Perfil de vencimento das obrigações

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	
	Plano G1	Go
Pagamento de benefícios esperados em 2025	242.375	202.302
Pagamento de benefícios esperados em 2026	183.508	183.508
Pagamento de benefícios esperados em 2027	170.984	170.985
Pagamento de benefícios esperados em 2028	158.676	158.676
Pagamento de benefícios esperados em 2029 ou posterior	1.580.395	1.215.674

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	2.335.938	1.931.145
Duration	11,27	9,66

Premissas atuariais utilizadas

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Plano G1	Go	Plano G1	Go
Taxa de desconto real (NTN-B)	7,40% a.a.	7,37% a.a.	5,47% a.a.	5,37% a.a.
Taxa de inflação	4,96% a.a.	4,96% a.a.	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial	7,06% a.a.	7,06% a.a.	5,98% a.a.	5,98% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (Segregado por sexo)	AT-2000 (Segregado por sexo)	AT-2000 (Segregado por sexo)	AT-2000 (Segregado por sexo)

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade às mudanças nas principais premissas ponderadas do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2024, era:

Premissa	Alteração na premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido	
		Plano G1	Go
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 243.450	Redução de R\$ 222.419
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 291.137	Aumento de R\$ 217.030
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 51.425	Aumento de R\$ 78.548
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 50.329	Redução de R\$ 74.038
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 20.084	Aumento de R\$ 131.202
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 21.043	Redução de R\$ 124.063

(i) Plano G1

Plano de benefício definido ("Plano G1"), administrado pela SABESPREV, recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESPREV, sendo:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2024, o número de participantes ativos e inativos era 1.895 e 8.907 (em 31 de dezembro de 2023 – 2.715 e 8.171), respectivamente.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2024 foram de R\$ 39.676 e R\$ 5.683 (em 2023 – R\$ 40.898 e R\$ 35.443) respectivamente. Deste montante, no exercício de 2024, a Companhia

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e os participantes efetuaram pagamentos referentes ao déficit atuarial nos montantes de R\$ 34.258 e R\$ 224 (em 2023 – R\$ 32.810 e R\$ 27.147), respectivamente.

Gastos/(Ganhos) previstos para o exercício seguinte

	2025
Custo do serviço líquido	3.705
Custo dos juros	282.334
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(302.162)
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento	16.830
Gastos/(Ganhos) a serem reconhecidos pela Companhia	<u>707</u>

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados à utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e de consultores financeiros independentes:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	%	31 de dezembro de 2023	%
Renda fixa	2.279.323	92,3	2.714.823	92,4
Renda variável	13.886	0,6	15.715	0,5
Investimentos estruturados	121.820	4,9	153.333	5,2
Outros	53.153	2,2	54.743	1,9
Valor justo dos ativos do plano	<u>2.468.182</u>	<u>100</u>	<u>2.938.614</u>	<u>100</u>

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional;
- ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são:

- i) operações de *day-trade*;
- ii) venda de ações a descoberto;
- iii) operações de *swap* sem garantia; e
- iv) não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2024, a SABESPREV não possuía ativos financeiros emitidos pela Companhia em sua carteira própria; contudo, poderia haver tais ativos na carteira dos fundos de investimentos investidos pela Fundação. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

Em 21 de dezembro de 2022, a SABESP e a SABESPREV, de comum acordo, celebraram um Termo de Confissão de Dívida, onde a SABESP reconhece como legítimo, procedente, líquido, certo e exigível o débito referente à sua parcela de responsabilidade no equacionamento do déficit do Plano de Benefícios Básico da SABESPREV (Plano G1), sendo cedido como garantia, Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Créditos, assinado entre as partes, em 9 de fevereiro de 2023.

ii) Go

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, os funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Go. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados na rubrica “Saldo com partes relacionadas”, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2024, não tínhamos participantes ativos e o total de participantes inativos era 1.853 (em 31 de dezembro de 2023 - 6 e 1.808, respectivamente).

Despesas previstas para o exercício seguinte

	2025
Custo dos juros	233.290
Despesa a ser reconhecida	233.290

(iii) Plano SABESPprev Mais

Administrado pela SABESPREV, em 31 de dezembro de 2024, este Plano de Contribuição Definida tinha 8.762 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2023 - 9.277).

As contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

(iv) Plano VIVEST

Administrado pela VIVEST, as contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Em 31 de dezembro de 2024 o número de participantes era 82 (em 31 de dezembro de 2023 - 68).

(v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Plano G1 (i)	6.252	18.986
Go (ii)	69.768	112.396
Plano SABESPprev Mais (iii)	26.198	27.403
Plano VIVEST (iv)	970	520
Subtotal	103.188	159.305
Capitalizados	(7.884)	(3.303)
Outros	10.653	6.603
Obrigações Previdenciárias (Nota 31)	105.957	162.605

25 Serviços a pagar

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como: fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros. Também são registrados os valores a pagar às prefeituras decorrente dos repasses previstos nos contratos de concessão, bem como os valores a pagar ao FAUSP (vide Nota 30). Os saldos da controladora em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 eram de R\$ 1.434.998 e R\$ 749.226, respectivamente. Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 eram de R\$ 1.438.507 e R\$ 750.732.

26 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 15.000.000 era composto por ações escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

31 de dezembro de 2024	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de São Paulo	123.036.669 ⁽¹⁾	18,0	1 ⁽²⁾	100,0	123.036.670	18,0
Equatorial S.A.	102.526.480	15,0	-	-	102.526.480	15,0
Free Float	457.946.719	67,0	-	-	457.946.719	67,0
Total	683.509.868	100,0	1 ⁽²⁾	100,0	683.509.869	100,0

(1) Considera 123.036.663 ações ordinárias detidas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e 6 ações ordinárias detidas pela Cia. Paulista de Parcerias – CPP, empresa controlada pelo Estado de São Paulo.

(2) Ação preferencial de classe especial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024, os acionistas aprovaram a alteração do Estatuto Social da Companhia, que entrou em vigor em 22 de julho de 2024, para prever a autorização de aumento de capital até o limite de 1.187.144.787 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 20 de dezembro de 2024, a Equatorial S.A. ("Equatorial"), informou a Companhia que incorporou a Equatorial Participações e Investimentos IV, passando a deter diretamente as ações ordinárias correspondentes a participação de 15% que esta possuía no capital social da Sabesp.

31 de dezembro de 2023	Capital Total	
	Quantidade	%
Estado de São Paulo	343.506.664	50,3
<i>Free Float</i>		
No país ⁽¹⁾	262.118.658	38,3
No exterior ⁽²⁾	77.884.547	11,4
Total	<u>683.509.869</u>	<u>100,0</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2023, as ações ordinárias negociadas no Brasil eram detidas por 39.368 acionistas. Inclui 6 ações detidas pela Cia Paulista de Parcerias – CPP, empresa controlada pelo Estado de São Paulo.

(2) Ações negociadas na forma de *American Depositary Receipts* (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do *The Bank New York Mellon*, banco depositário dos ADRs da Companhia.

(b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	9.579.563	3.523.531
(-) Reserva legal - 5%	478.978	176.177
	<u>9.100.585</u>	<u>3.347.354</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	<u>2.275.146</u>	<u>836.839</u>
Dividendo por ação	<u>3,33</u>	<u>1,22</u>

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 25 de abril de 2024, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 836.839, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 147.689 como dividendos mínimos complementares, perfazendo o total de R\$ 984.528, os quais foram pagos em 24 de junho de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2024.

A Companhia propôs *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas de 2025, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.831.122 (em 2023 – R\$ 836.839) e dividendos mínimos complementares no montante de R\$ 718.692 (em 2023 – R\$ 147.689) perfazendo um total de R\$ 2.549.814 (em 2023 – R\$ 984.528) correspondentes a R\$ 3,33 (em 2023 – R\$ 1,44) por ação ordinária a serem referendados na Assembleia Geral em 29 de abril de 2025.

A Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 274.668 (em 2023 – R\$ 54.641) referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre o capital próprio e dividendos, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 2.275.890 (em 2023 – R\$ 837.391), refere-se ao valor declarado em 2024 de R\$ 2.275.146 (em 2023 – R\$ 836.839), líquido do imposto de renda retido na fonte e de R\$ 744 declarados em exercícios anteriores (em 2023 – R\$ 552).

(c) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(d) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva de investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da reserva de investimentos era de R\$ 19.304.132 e R\$ 12.753.361, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 49 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá aos seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; e
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e
 - d) na incorporação ao capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Destinação do lucro do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido		
(+) Lucro do exercício	9.579.563	3.523.531
(-) Reserva legal – 5%	478.978	176.177
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	2.275.146	836.839
(-) IRRF s/juros capital próprio	274.668	147.689
Reserva de investimentos	<u>6.550.771</u>	<u>2.362.826</u>

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 6.550.771 para a conta de Reserva de Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

O saldo de Reserva de Investimentos, em conjunto com as demais reservas de lucros, atingirá o montante de R\$21.647.715, superando o capital social realizado em R\$6.647.715. A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta de aumento de capital social no valor de R\$3.400.000.

(f) Lucros acumulados

O saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e também nas operações envolvendo instrumentos financeiros são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Controladora e Consolidado	Plano G1	Go	Hedge	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	235.708	(89.346)	-	146.362
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 24)	7.126	135.201	-	142.327
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros (Nota 5.1 (d))	-	-	(8.350)	(8.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>242.834</u>	<u>45.855</u>	<u>(8.350)</u>	<u>280.339</u>

Controladora e Consolidado	Plano G1	Go	Total
----------------------------	----------	----	-------

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2022	181.617	(3.974)	177.643
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 24)	54.091	(85.372)	(31.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	235.708	(89.346)	146.362

27 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidada
	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	9.579.563	3.523.531
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	14,02	5,16

28 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento.

Resultado

	Controladora		
	2024		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	32.616.131	6.220.581	38.836.712
Deduções da receita bruta	(2.729.791)	-	(2.729.791)
Receita operacional líquida	29.886.340	6.220.581	36.106.921
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(14.280.520)	(6.080.725)	(20.361.245)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	15.605.820	139.856	15.745.676
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			(280.450)
Equivalência patrimonial			21.622
Resultado financeiro, líquido			(1.848.591)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	2024		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			13.638.257
Depreciação e amortização	(2.671.709)	-	(2.671.709)

	Controladora		
	2023		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	21.509.965	5.600.332	27.110.297
Deduções da receita bruta	(1.541.585)	-	(1.541.585)
Receita operacional líquida	19.968.380	5.600.332	25.568.712
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(13.807.995)	(5.474.729)	(19.282.724)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	6.160.385	125.603	6.285.988
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			27.925
Equivalência patrimonial			28.517
Resultado financeiro, líquido			(1.588.827)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			4.753.603
Depreciação e amortização	(2.790.175)	-	(2.790.175)

	Consolidado		
	2024		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	32.650.986	6.225.871	38.876.857
Deduções da receita bruta	(2.731.380)	-	(2.731.380)
Receita operacional líquida	29.919.606	6.225.871	36.145.477
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(14.303.994)	(6.085.895)	(20.389.889)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	15.615.612	139.976	15.755.588
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			(280.450)
Equivalência patrimonial			35.322
Resultado financeiro, líquido			(1.867.652)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			13.642.808
Depreciação e amortização	(2.676.642)		(2.676.642)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	2023		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	21.513.442	5.600.332	27.113.774
Deduções da receita bruta	(1.541.718)	-	(1.541.718)
Receita operacional líquida	19.971.724	5.600.332	25.572.056
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(13.811.665)	(5.474.729)	(19.286.394)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	6.160.059	125.603	6.285.662
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			27.925
Equivalência patrimonial			32.393
Resultado financeiro, líquido			(1.591.996)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			4.753.984
Depreciação e amortização	(2.790.586)	-	(2.790.586)

- (i) Vide Nota 35 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.
- (ii) Receita de construção e custos relacionados não são analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e com o CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide mais detalhes na Nota 14 (b).

29 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros que cobrem, entre outros, incêndio e demais danos aos bens, edifícios de escritórios e seguro de responsabilidade contra terceiros. Adicionalmente, mantém cobertura de seguros de responsabilidade civil, incluindo para conselheiros e diretores ("seguro D&O"), e seguro garantia judicial (conforme descrito na Nota 22 (f)) e seguro garantia tradicional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes contratados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros da Companhia era a seguinte:

	Importância Segurada	
	Controladora	Consolidado
Riscos Operacionais	78.770.760	78.795.760
Riscos de engenharia	2.807.050	2.807.050
Seguro garantia judicial e garantia tradicional (*)	1.400.000	1.400.000
Responsabilidade civil - Ambiental	400.000	400.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Importância Segurada	
	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil – D&O (<i>Directors and Officers</i>)	200.000	200.000
Responsabilidade civil – obras	162.540	162.540
Responsabilidade civil – operacional	100.000	100.000
Outros	178.140	178.140
Total	84.018.490	84.043.490

(*) A SABESP tem contrato que permite a emissão de apólices que totalizem essa importância assegurada. Deste total, foram emitidas apólices que somam R\$ 409 milhões em importância assegurada por meio de seguro garantia.

30 Receitas operacionais

Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de serviços de saneamento (i)	23.860.000	21.509.965	23.894.855	21.513.442
Receita de construção	6.220.581	5.600.332	6.225.871	5.600.332
Redutora de água/esgoto (FAUSP) (a)	(395.179)	-	(395.179)	-
Ativo financeiro (indenização) (ii)	9.151.310	-	9.151.310	-
Tributos sobre vendas	(2.631.187)	(1.456.998)	(2.632.653)	(1.457.125)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF) (iii)	(98.604)	(84.587)	(98.727)	(84.593)
Receita operacional líquida	36.106.921	25.568.712	36.145.477	25.572.056

(i) Inclui o montante de R\$ 117.878 referente a TRCF cobrada dos clientes em 2024 (em 2023 – R\$ 105.682), referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

(ii) Vide Nota 16.

(iii) Montante referente ao desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização pago à ARSESP, conforme Lei Complementar Estadual nº 1.025/07.

(a) Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo – FAUSP

Conforme Lei Estadual nº 17.853 (“Lei nº 17.853”), de 8 de dezembro de 2023, que autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo (“Estado”) a promover medidas de desestatização da SABESP, foi criado o Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (FAUSP), destinado a prover recursos para ações de saneamento básico, inclusive voltadas à modicidade tarifária no setor, com vistas ao atingimento e antecipação das metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2029, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 (“Lei nº 11.445”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Conforme parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 17.853, o Estado deverá aportar, no mínimo, o montante correspondente a 30% do valor líquido obtido com a desestatização da SABESP no FAUSP, bem como os valores auferidos pelo Estado a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio distribuídos pela SABESP (artigo 5º da Lei nº 17.853). Esses recursos devem ser destinados a ações no setor de saneamento básico, inclusive voltadas à modicidade tarifária no setor. Destarte, em relação a esta parcela que será abastecida pelo Estado, destinada a prover recursos para ações de saneamento básico, não há impacto contábil para a Companhia, pois a titularidade destes recursos é do Estado, não havendo interferência ou participação da SABESP nesta gestão.

Com relação aos recursos destinados à modicidade tarifária, o mecanismo previsto no Contrato de Concessão da URAE-1 – Sudeste é a criação de duas “*Escrow accounts*”, ambas de titularidade do FAUSP, exercida por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). A primeira “*Escrow account*” será abastecida por recursos do FAUSP e será reduzida quando as tarifas de equilíbrio forem maiores que as tarifas de aplicação e após o esgotamento dos recursos da segunda “*Escrow account*”. Por sua vez, a segunda “*Escrow account*” é sensibilizada de 2 (duas) maneiras.

(a) Primeira forma de sensibilização:

Caso a documentação para a habilitação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) de determinado município não tenha sido protocolada na ARSESP, o percentual aplicado sobre a receita líquida do município será depositado na segunda “*Escrow account*”.

Conforme Contrato de Concessão e com fundamento no artigo 13 da Lei nº 11.445, poderão ser instituídos fundos, aos quais serão destinados recursos com a finalidade de custear a universalização dos serviços públicos de saneamento. Os FMSAIs habilitados ou cuja documentação estiver sido protocolada na ARSESP receberão um percentual aplicado sobre a receita líquida do trimestre, composta pela receita bruta obtida pela SABESP nos municípios, deduzidos a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, PIS - Programa de Integração Social, a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF e eventuais encargos que vierem a incidir sobre a receita. O pagamento deverá ocorrer em 30 dias após a publicação dos resultados trimestrais da Companhia, até o advento contratual em 2060. Sendo assim, serão assegurados aos 371 municípios que compõem a URAE-1 os repasses ao FMSAI nos seguintes termos:

- São Paulo: 7,5% até 2040 e 8,0% a partir de 2041;
- São José dos Campos: 5%;
- Demais 369 municípios: 4%.

(b) Segunda forma de sensibilização:

O modelo regulatório fixa o fluxo de destinação dos recursos provenientes do FAUSP, visando permitir que a tarifa de aplicação (remuneração a ser paga pelos clientes à SABESP pela utilização dos serviços), seja reduzida, tendo como referência os valores das tarifas da Companhia anteriormente à data de eficácia do contrato. Desta forma, sempre que for utilizada uma tarifa de aplicação menor que a tarifa de equilíbrio, a ARSESP autorizará a transferência de valores das “*Escrow accounts*” para a SABESP. Trimestralmente a ARSESP informará, ao Banco e a SABESP, o valor que deve ser transferido em razão das diferenças entre a tarifa de aplicação e a tarifa de equilíbrio. Caso a tarifa de aplicação seja menor do que a tarifa de equilíbrio, o Banco realizará transferências trimestrais à SABESP, e caso a tarifa de aplicação seja maior do que a tarifa de equilíbrio, a SABESP transferirá trimestralmente para a segunda “*Escrow account*” o valor informado pela ARSESP. Quando a tarifa de aplicação for superior a tarifa de equilíbrio, será reconhecido um passivo reduzindo a receita operacional da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A metodologia de construção das tarifas de equilíbrio ainda não está definida pela ARSESP, sendo certo que as atuais tarifas de aplicação praticadas pela SABESP nos municípios que compõe a URAE 1 – Sudeste são maiores que as tarifas de equilíbrio a serem definidas pela ARSESP com base no Anexo VIII do Contrato de Concessão.

Com base no anexo supracitado, a SABESP estimou que, em 31 de dezembro de 2024, as tarifas aplicadas estavam aproximadamente 3,2% maiores que as tarifas de equilíbrio, conforme o Índice de Reposicionamento Tarifário (IRePT) de -4,2167% apresentado no Anexo VIII – Formação da Tarifa Inicial, considerando que as tabelas do anexo IV – Anexo Tarifário contemplam o desconto de -1% (itens 13.4 e 13.5 do Anexo VIII – Formação da Tarifa Inicial), gerando uma redução na receita bruta de saneamento de R\$ 395.179 no exercício de 2024 em contrapartida a conta de serviços a pagar.

Até 31 de dezembro de 2024 não houve recursos aportados à Companhia referente ao FAUSP.

31 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos operacionais				
Salários, encargos e benefícios	(2.356.764)	(2.716.921)	(2.357.526)	(2.717.005)
Obrigações previdenciárias	(23.704)	(36.998)	(23.704)	(36.998)
Custos de construção (Nota 28)	(6.080.725)	(5.474.729)	(6.085.895)	(5.474.729)
Materiais gerais	(343.889)	(356.425)	(345.771)	(356.481)
Materiais de tratamento	(576.871)	(558.494)	(577.639)	(558.557)
Serviços de terceiros	(1.910.714)	(1.842.950)	(1.915.851)	(1.843.213)
Energia elétrica	(1.569.277)	(1.513.377)	(1.573.067)	(1.514.542)
Despesas gerais	(1.246.107)	(967.148)	(1.246.474)	(967.148)
Depreciação e amortização	(2.472.212)	(2.582.782)	(2.477.146)	(2.583.193)
	(16.580.263)	(16.049.824)	(16.603.073)	(16.051.866)
Despesas com vendas				
Salários, encargos e benefícios	(335.211)	(347.520)	(335.382)	(347.536)
Obrigações previdenciárias	(3.825)	(3.359)	(3.825)	(3.359)
Materiais gerais	(4.594)	(6.746)	(4.679)	(6.746)
Serviços de terceiros	(423.300)	(439.987)	(423.964)	(439.995)
Energia elétrica	(658)	(673)	(658)	(673)
Despesas gerais	(98.535)	(116.934)	(98.800)	(116.933)
Depreciação e amortização	(50.281)	(68.818)	(50.281)	(68.818)
	(916.404)	(984.037)	(917.589)	(984.060)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))				
	(557.126)	(652.920)	(557.789)	(652.920)
Despesas administrativas				
Salários, encargos e benefícios	(601.590)	(423.805)	(602.217)	(423.948)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações previdenciárias	(78.428)	(122.248)	(78.428)	(122.248)
Materiais gerais	(108.893)	(22.991)	(108.901)	(23.008)
Serviços de terceiros	(390.144)	(287.718)	(391.637)	(287.744)
Energia elétrica	(1.191)	(2.020)	(1.297)	(2.020)
Despesas gerais	(898.528)	(509.981)	(898.587)	(509.984)
Depreciação e amortização	(149.216)	(138.575)	(149.215)	(138.575)
Despesas tributárias	(79.462)	(88.605)	(81.156)	(90.021)
	(2.307.452)	(1.595.943)	(2.311.438)	(1.597.548)
Custos e despesas operacionais				
Salários, encargos e benefícios	(3.293.565)	(3.488.246)	(3.295.125)	(3.488.489)
Obrigações previdenciárias (Nota 24 (v))	(105.957)	(162.605)	(105.957)	(162.605)
Custos de construção (Nota 28)	(6.080.725)	(5.474.729)	(6.085.895)	(5.474.729)
Materiais gerais	(457.376)	(386.162)	(459.351)	(386.235)
Materiais de tratamento	(576.871)	(558.494)	(577.639)	(558.557)
Serviços de terceiros	(2.724.158)	(2.570.655)	(2.731.452)	(2.570.952)
Energia elétrica	(1.571.126)	(1.516.070)	(1.575.022)	(1.517.235)
Despesas gerais	(2.243.170)	(1.594.063)	(2.243.861)	(1.594.065)
Depreciação e amortização	(2.671.709)	(2.790.175)	(2.676.642)	(2.790.586)
Despesas tributárias	(79.462)	(88.605)	(81.156)	(90.021)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(557.126)	(652.920)	(557.789)	(652.920)
	(20.361.245)	(19.282.724)	(20.389.889)	(19.286.394)

32 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	(1.360.747)	(1.110.135)	(1.360.747)	(1.110.135)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	(120.272)	(89.198)	(120.270)	(89.198)
Outras despesas financeiras	(758.109)	(849.489)	(758.703)	(849.489)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(134.258)	(146.637)	(134.258)	(146.637)
Outras variações monetárias	(8.888)	(301.593)	(15.046)	(301.593)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(312.280)	(211.565)	(312.280)	(211.565)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total de despesas financeiras	(2.694.554)	(2.708.617)	(2.701.304)	(2.708.617)
Receitas financeiras				
Variações monetárias ativas	296.915	219.541	296.916	219.473
Rendimento de aplicações financeiras	551.682	373.739	552.168	370.638
Juros ativos	277.690	256.116	264.892	256.116
PIS e Cofins	(69.918)	(40.401)	(69.918)	(40.401)
Outras	93	79	93	79
Total de receitas financeiras	1.056.462	809.074	1.044.151	805.905
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(1.638.092)	(1.899.543)	(1.657.153)	(1.902.712)
Variações cambiais				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(525.624)	309.959	(525.624)	309.959
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros derivativos	315.079	-	315.079	-
Variação cambial sobre ativos	46	767	46	767
Outras variações cambiais	-	(10)	-	(10)
Variações cambiais, líquidas	(210.499)	310.716	(210.499)	310.716
Resultado financeiro líquido	(1.848.591)	(1.588.827)	(1.867.652)	(1.591.996)

33 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Outras receitas operacionais, líquidas	59.063	99.307
Outras despesas operacionais	(339.513)	(71.382)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(280.450)	27.925

As outras receitas operacionais compõem-se de receitas nas vendas de ativo imobilizado, editais, direito de energia elétrica, além de indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso,

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de PIS e Cofins.

As outras despesas operacionais, usualmente, registram baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado, perdas estimadas com ativos operacionais e com indenizações de ativos. Em 2024 houve o reconhecimento de R\$ 164.022 relativo a perdas estimadas com obras e projetos e de R\$ 99.653 referente a despesas com o processo de desestatização.

34 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades e para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 31 de dezembro de 2024:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	2.187.670	2.057.845	1.397.956	4.049.054	9.692.525
Obrigações contratuais - Investimentos	4.203.686	7.373.479	539.247	116.538	12.232.950
Total	6.391.356	9.431.324	1.937.203	4.165.592	21.925.475

35 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total das adições de ativo de contrato (Nota 14)	6.670.657	6.026.053	6.675.914	6.026.053
Total das adições do intangível (Nota 15 (b))	2.862.651	110.473	2.862.651	258.473
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(1.608.499)	(2.293.201)	(1.608.619)	(2.293.201)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	7.924.809	3.843.325	7.929.946	3.991.325
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:				
Juros capitalizados no período (Nota 14 (a))	564.302	638.208	564.302	638.208
Empreiteiros a pagar	748.088	419.457	748.088	419.457
Contrato de performance	72.205	1.001.528	72.205	1.001.528
Direito de uso	84.048	108.405	84.048	108.405

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Margem de construção (Nota 28)	139.856	125.603	139.976	125.603
Total	1.608.499	2.293.201	1.608.619	2.293.201

36 Eventos subsequentes

- 33ª emissão de debentures**

Em fevereiro de 2025, a Companhia captou o montante de R\$ 3,7 bilhões por meio da 33ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 160.

Adicionalmente, ainda em fevereiro de 2025, foram contratadas as operações de swap de taxa de juros para a 2ª série, trocando de IPCA + 7,5485% a.a. para CDI -0,34% a.a. e a 3ª série, trocando de IPCA + 7,3837% a.a. para CDI - 0,45% a.a.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Carlos Augusto Leonel Piani

Diretor-Presidente

Daniel Szlak

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Roberval Tavares de Souza

Diretor de Engenharia

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Carlos Augusto Leonel Piani

Diretor-Presidente

Daniel Szlak

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Roberval Tavares de Souza

Diretor de Engenharia

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e, com base em análises efetuadas pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando ainda, o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 24 de março de 2025, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Aristóteles Nogueira Filho
Coordenador

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Conselheiro

Hamilton Valente da Silva Junior
Conselheiro

Maria Salete Garcia Pinheiro
Conselheira

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2024

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, é composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros que atendam cumulativamente aos requisitos de conhecimento técnico e disponibilidade de tempo. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê desempenha a função de Audit Committee da Sabesp, em conformidade com o disposto na Sarbanes-Oxley Act.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Reunião do Conselho de Administração de 01 de outubro de 2024, os Srs. Mateus Affonso Bandeira e Gustavo Rocha Gattass foram eleitos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo o Sr. Mateus Affonso Bandeira designado como Coordenador e Especialista Financeiro, nos termos do parágrafo quarto do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia. Na Reunião do Conselho de Administração de 08 de novembro de 2024, os Srs. Eduardo Person Pardini e Saulo de Tarso Alves de Lara foram eleitos membros externos do Comitê de Auditoria, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 17 do Estatuto Social da Sabesp.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 22/03/2024 a 24/03/2025, o Comitê realizou 18 reuniões formais com os diretores e demais executivos assim como empregados, auditores internos, auditores independentes e eventuais outros convidados. Cumpre ressaltar que, dessas reuniões, três foram realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2024

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Revisão, aprovação e supervisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- Acompanhamento da gestão de riscos corporativos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e das denúncias;
- Acompanhamento da averiguação de denúncia contra administradores;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Formulário de Referência, do Form 20-F e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa;
- Avaliação e monitoramento da adequação das Transações com partes relacionadas;
- Acompanhamento do processo de Desestatização da Sabesp; e
- Acompanhamento do orçamento empresarial.

Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para acompanhar os seguintes itens: (i) Evolução do fluxo de caixa (ii) trabalhos da Comissão Permanente para Avaliação de Valores Envolvidos em Contingências Ambientais; (iii) Desempenho dos planos previdenciários sob gestão da SABESP/Prev; (iv) Segurança da informação; e (v) Sociedades de Propósito Específico – SPEs (partes relacionadas); entre outros.

Adicionalmente, foram realizados contatos por teleconferência ou por outros meios de comunicação entre os membros do Comitê, os Administradores da Companhia e Auditoria Interna e Auditoria Independente, para discussão de aspectos específicos pertinentes às responsabilidades do Comitê.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas variadas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A metodologia adotada pela Sabesp para a implantação e avaliação dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a Lei *Sarbanes-Oxley*.

A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

O Comitê de Auditoria supervisionou as atividades relacionadas à implantação e avaliação dos controles internos por meio de apresentações das áreas responsáveis pelos controles e das constatações relatadas pelas Auditorias Interna e Independente.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2024

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da BDO RCS Auditores Independentes com relação à Sabesp. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a BDO RCS em relação à Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, o Comitê não identificou nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, a BDO RCS e o próprio Comitê de Auditoria em relação às DFs Sabesp 2024.

6. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E ORÇAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria avaliou a estrutura e orçamento da Auditoria Interna, que foram considerados adequados ao desempenho de suas funções. Tal avaliação foi efetuada em atendimento ao Art. 23 do Regulamento do Novo Mercado.

7. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – *IASB*, e, por ser listada na *The New York Stock Exchange* - *NYSE*, as normas emitidas pela *U.S. Securities and Exchange Commission* - *SEC* e Lei *Sarbanes-Oxley*.

O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as respectivas informações trimestrais.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – *IASB*, e as normas emitidas pela *SEC* e Lei *Sarbanes-Oxley*.

8. CONCLUSÕES

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores e dos demais líderes das áreas de Contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Conformidade e Gestão de Riscos, e outras eventualmente envolvidas, além dos Auditores Independentes. O Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Mateus Affonso Bandeira

Coordenador

Gustavo Rocha Gattass

Membro

Eduardo Person Pardini

Membro

Saulo de Tarso Alves de Lara

Membro